



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
CENAF, Lote 7, Variante 2 - Bairro Capucho - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PREGÃO 12/2020-ELETRÔNICO

PROCESSO SEI 0011733-19.2020.6.25.8000

ATENÇÃO

O **Acórdão 754/2015 TCU-Plenário** determina aos órgãos da Administração Pública que: "(...) autuem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002 e alertem-nos de que tal dispositivo tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença(...)".

Em cumprimento à determinação, **alerta-se** para que o licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta (ex. desistência, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante às penalidades cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, doravante denominado **TRE-SE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, dirigida por seu Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria 886/2019, e regida pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto 10.024/2019, pela Lei Complementar 123/2006, pelos Decretos 8.538/2015, 92.100/1985 e 7.983/2013, pela Resolução CNJ 114/2010, pela Resolução TSE 23.234/2010, pela Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993, bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s), objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO EM FÓRUMS ELEITORAIS DO INTERIOR DO ESTADO DE SERGIPE, NO FÓRUM DES. ALOÍSIO DE ABREU LIMA E NA SEDE DO TRE-SE, EM ARACAJU**.

Este Pregão Eletrônico será julgado pelo tipo de licitação **MENOR PREÇO**, segundo o fator **PREÇO GLOBAL POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO** e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União e correrá à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - PTRES: 167686, Grupo de Natureza de Despesa - Outras Despesas Correntes.

A sessão pública, com o uso de recursos de tecnologia da informação, ocorrerá às **9h (NOVE HORAS), HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, DE 09 DE JULHO DE 2020**, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 O objeto deste Pregão Eletrônico é a **contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação em Fóruns Eleitorais do interior do Estado de Sergipe, no Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima e na sede do TRE-SE, em Aracaju**, conforme as condições e as normas estabelecidas neste Instrumento e em seu(s) Anexo(s).

1.2 Os serviços serão prestados em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br).

2.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br) implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.1.2 Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br), que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

2.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE-SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros.

2.3 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

2.4 Não será admitido o consórcio de licitantes.

2.5 Não poderão participar deste certame:

2.5.1 Empresários cujos Estatutos ou Contratos sociais não incluam o objeto deste Pregão.

2.5.2 Empresas que tenham entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao TRE-SE.

2.5.3 Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até

terceiro grau, inclusive, a cargo de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 A participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta, com a descrição do objeto ofertado e o preço, acompanhada dos documentos de habilitação previstos na cláusula quarta, **a partir de 25 de JUNHO de 2020**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, Seção 3, **até 09 DE JULHO DE 2020**, antes da abertura da sessão pública, em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br).

3.1.1 Até a abertura da sessão pública na Internet, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

3.1.2 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem **válidos** do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

3.1.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

3.2 O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

3.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida ou de sua desconexão.

3.4 Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

3.4.1 Preços em moeda nacional, observando-se as especificações necessárias indicadas no **Anexo I** (Termo de Referência) e inclusos os encargos ou despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como: impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

3.4.1.1 Para elaborar a proposta o licitante deverá preencher a **Planilha de Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários** constante do **Anexo II**.

3.4.2 Especificações do objeto e prazos conforme item 5 deste Edital e **Anexos I e IX** (Termo de Referência e Minuta do Contrato, respectivamente).

3.4.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante dos **Anexos I e IX** (Termo de Referência e Minuta do Contrato, respectivamente).

3.4.2.1.1 É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

3.4.2.1.2 Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.

3.4.3 A Declaração firmada no campo próprio de que atende os requisitos do art. 3º, I ou II, da Lei Complementar 123/2006, sob pena de decadência do direito de pleitear os benefícios previstos na referida Lei.

3.5 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.6 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

CLÁUSULA QUARTA

FORMA DE HABILITAÇÃO

4.1 O **licitante**, para habilitar-se, deverá apresentar os seguintes documentos:

4.1.1 Comprovação de cadastramento feita mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública ou, em sua falta, apresentação dos documentos estipulados a seguir, conforme o caso:

4.1.1.1 Registro comercial, no caso de empresário.

4.1.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.1.1.2.1 O documento referido no item **4.1.1.2** deve contemplar o objeto deste Pregão.

4.1.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.1.1.4 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

4.1.1.5 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Instrumento.

4.1.2 Prova de regularidade para com as Fazendas federal (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos e contribuições federais e certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa da dívida ativa da União) e municipal, do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.

4.1.3 Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

4.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho-CLT).

4.1.5 Prova de **registro do empresário ou sociedade e do responsável técnico por ele indicado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)** a cuja jurisdição pertençam, o que se fará mediante a apresentação de Certidões de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física emitidas via consulta ao site do respectivo Conselho.

4.1.6 Comprovação de que o profissional referido no item **4.1.5 (responsável técnico)** é **engenheiro ou arquiteto e está a ele vinculado**, mediante a apresentação, dos seguintes documentos, alternativamente:

4.1.6.1 Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como Contratante.

4.1.6.2 Contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.

4.1.6.3 Contrato de prestação de serviço em que conste o profissional como responsável técnico.

4.1.6.4 Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.

4.1.7 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4.1.8 Prova de não-inclusão no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

4.1.9 Prova de não-inclusão no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), disponível em: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

4.2 Os empresários ou sociedades com Níveis I (Credenciamento), II (Habilitação Jurídica), III (Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal), IV (Regularidade Fiscal Municipal), V (Qualificação Técnica) e VI (Qualificação Econômico-Financeira) **válidos** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ficam dispensados de apresentar os documentos exigidos nos itens **4.1.1 a 4.1.7**, devendo cumprir as demais exigências.

4.3 A regularidade do licitante no SICAF será constatada por meio de consulta *on-line* na fase de habilitação.

4.4 No sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), ao assinalar o campo específico no qual declara estar ciente e concordar com as condições contidas no Edital e em seu **Anexo I** (Termo de Referência), o licitante também estará declarando que não viola a proibição do art. 7º, XXXIII, da CF/1988, ou seja, que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, e que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ficando, assim, dispensado do encaminhamento da declaração em referência.

CLÁUSULA QUINTA

DOS PRAZOS

5.1 O prazo de validade da Proposta será de 60 (sessenta) dias contado da sua recepção, considerando-se para este fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.2 O TRE-SE, observando o prazo de validade da proposta, convocará o adjudicatário para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que receber a convocação, assinar o contrato e optar pela modalidade de garantia, nos termos do item **12 do Anexo I** (Termo de Referência).

6.2.1 Integram o contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital deste Pregão Eletrônico, o(s) seu(s) anexo(s) e a proposta da Contratada.

6.3 O prazo de execução da contratação a ser firmada com o licitante vencedor para a prestação dos serviços objeto deste Instrumento será de **120 (cento e vinte) dias** contados da data estabelecida na ordem de serviço.

6.4 O prazo de vigência da contratação será de **210 (duzentos e dez) dias**, a contar da assinatura do contrato.

6.5 Os prazos de execução e de vigência referidos, respectivamente, nos itens **5.3 e 5.4** admitem prorrogação na forma da Lei 8.666/1993.

6.6 O local de prestação do serviço e as demais condições de execução contratual encontram-se definidos nos **Anexos I e IX** deste Instrumento (Termo de Referência e Minuta do Contrato, respectivamente).

CLÁUSULA SEXTA

PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

6.1 Esclarecimentos e Impugnação do Edital:

6.1.1 Qualquer pessoa poderá, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br, apresentar pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório e/ou impugná-lo.

6.1.2 O Pregoeiro, auxiliado pela Seção de Licitações, decidirá sobre o esclarecimento ou impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

6.1.2.1 O pedido de esclarecimento ou impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia será considerado recebido no primeiro dia útil de expediente seguinte, no TRE-SE, cujo horário de funcionamento é das 7h às 13h.

6.1.3 O pedido de esclarecimento ou impugnação e sua resposta estarão disponíveis nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/pregoes-2020>.

6.1.4 As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

6.1.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

6.1.5 As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão divulgadas pelo sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br) e vincularão os participantes e a Administração.

6.1.6 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

6.2 Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação dos Lances:

6.2.1 O Pregoeiro, via sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas recebidas em conformidade com o item 3.1.

6.2.1.1 O Pregoeiro procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Edital.

6.2.1.2 A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos do item.

6.2.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, o licitante poderá encaminhá-los exclusivamente por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), sendo imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.2.1 O modo de disputa será aberto e os lances serão ofertados pelo valor total do item.

6.2.2.2 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

6.2.2.3 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), observado para o item do certame o intervalo de diferença entre os lances de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.2.2.4 Em havendo mais de um lance de igual valor para o item, prevalecerá aquele que for primeiro recebido e registrado.

6.2.3 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.2.4 A etapa de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.2.5 A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item 6.2.4 será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.2.6 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens 6.2.4 e 6.2.5, a sessão pública se encerrará automaticamente.

6.2.7 Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), nos termos do disposto no item 6.2.5, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances em prol da consecução do melhor preço.

6.3 Aceitabilidade das Propostas e Habilitação:

6.3.1 Condições Gerais de Aceitabilidade:

6.3.1.1 Após o encerramento da fase de lances, e antes de examinar a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta, via chat do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), ao licitante cuja proposta esteja classificada em primeiro lugar para o item, a fim de:

6.3.1.1.1 Obter preço mais vantajoso para a Administração.

6.3.1.1.2 Ajustar o(s) preço(s) que se encontre(m) superior(es) ao(s) valor(es) de referência (tanto do valor total da contratação quanto das localidades que compõem a planilha prevista no item 6.3.1.1.2.1), caso em que o licitante será convocado a fazê-lo, até o limite e no prazo informados pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.1.1.2.1 Para a composição do preço, devem ser considerados os montantes indicados na tabela a seguir, que relaciona cada localidade na qual serão executados serviços de conservação, manutenção e reparação ao respectivo valor de referência.

LOCALIDADE	MUNICÍPIO	UNIDADE ELEITORAL/ENDEREÇO	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)
01	ARACAJU/SE	Sede do TRE-SE: CENAF - Centro Administrativo Governador Augusto Franco - Lote 7 - Variante 2 - Bairro Capucho.	163.068,78
02	ARACAJU/SE	Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima: Rua Itabaiana, 580 - Bairro São José.	27.972,87
03	BOQUIM/SE	Fórum Eleitoral da 4ª Zona: Pq. Citrícola Gov. João Alves Filho, s/nº, Centro.	46.005,02
04	UMBAÚBA/SE	Fórum Eleitoral da 35ª Zona: Rua Aniceto Lima, s/nº, Centro.	42.971,31
05	CAPELA/SE	Fórum Eleitoral da 5ª Zona: Praça do Conj. Manoel C. de Souza Filho, s/nº, bairro Vila Nossa Senhora da Conceição.	49.828,13
06	ITABAIANA/SE	Fórum Eleitoral da 9ª Zona: Av. Dr. Luiz Magalhães, s/nº, Bairro Serrano.	53.329,65
07	SÃO CRISTÓVÃO/SE	Fórum Eleitoral da 21ª Zona: Rod. João Bebe Água, s/nº, Largo Joel Fontes Costa.	653,54
08	ESTÂNCIA/SE	Fórum Eleitoral da 6ª Zona: Avenida Santa Cruz, s/nº.	563,03
09	AQUIDABÃ/SE	Fórum Eleitoral da 3ª Zona: Av. Ministro Leonor Barreto Franco, 137, Centro.	4.855,71
10	CARIRA/SE	Fórum Eleitoral da 29ª Zona - Praça Maria Jozita de Aragão, s/n, Bairro Matadouro Velho.	1.140,54
TOTAL			390.388,58

6.3.1.2 Serão recusadas as propostas:

6.3.1.2.1 Cujo(s) preço(s) não seja(m) ajustado(s) conforme o item **6.3.1.1.2**.

6.3.1.2.2 Cujo(s) preço(s) seja(m) manifestamente inexequível(is), assim considerado(s) aquele(s) que não venha(m) a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos sejam coerentes com os praticados no mercado.

6.3.1.2.3 Cujas características não sejam compatíveis às especificações do objeto.

6.3.1.3 Havendo necessidade de esclarecimentos complementares ou indícios de inexequibilidade da proposta (incapacidade para o cumprimento das obrigações a serem assumidas), o licitante será convocado, via chat, para que se manifeste, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.1.3.1 Para efeito de comprovação da exequibilidade da proposta de preços poderão ser adotados, dentre outros, os seguintes procedimentos:

6.3.1.3.1.1 Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativa e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

6.3.1.3.1.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.

6.3.1.3.1.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

6.3.1.3.1.4 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

6.3.2 Do Tratamento Diferenciado e Favorecido (Lei Complementar 123/2006 e Decreto 8.538/2015):

6.3.2.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.3.2.2 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item **6.3.2.1**, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

6.3.2.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) dentre as propostas empatadas.

6.3.3 Condições Específicas de Aceitabilidade:

6.3.3.1 O licitante cuja proposta seja classificada em 1º (primeiro) lugar, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível, **deverá apresentar, exclusivamente** por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), a documentação exigida em conformidade com o item **13**, do **Anexo I** (Termo de Referência).

6.3.3.1.1 O **Anexo II** (Planilha de Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários), o **Anexo IV** (Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais) e o **Anexo V** (Planilha de Detalhamento de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI) são referenciais, devendo o valor global apresentado contemplar a execução integral dos serviços, de modo que quaisquer diferenças apuradas pelo licitante não acarretarão pagamentos adicionais pelo TRE-SE, ressalvado o disposto no item **10.5**.

6.3.3.1.1.1 Na Planilha de Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários deverão constar **os valores unitários que compõem o serviço objeto deste certame (vide item 13.1 do Anexo I - Termo de Referência), assim como a sua totalização.**

6.3.3.1.1.2 Na hipótese de a planilha ser apresentada com incorreções, o Pregoeiro poderá conceder prazo ao licitante, nos moldes delineados no item **6.3.3.1**, para que proceda aos devidos ajustes.

6.3.3.1.2 Apresentar o **Anexo III** (Cronograma Físico-Financeiro) em 4 (quatro) parcelas, compatível com o prazo de execução de 120 (cento e vinte) dias, para fins de melhor acompanhamento da realização dos serviços, desembolso financeiro e cumprimento do prazo contratual.

6.3.3.1.3 O envio ou a entrega e a análise dos documentos referidos nos itens **6.3.3.1**, **6.3.3.1.1** e **6.3.3.1.2** precedem a aceitação da proposta classificada em 1º (primeiro) lugar.

6.3.3.1.3.1 Se o licitante convocado deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item **6.3.3.1** e **em seus subitens** ou não providenciar o saneamento das incorreções apontadas no prazo a que se refere o item **6.3.3.1.1.2**, poderá sofrer a penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 e será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação.

6.3.3.2 Para além do disposto no item **6.3.1.2**, será recusada a proposta que:

6.3.3.2.1 Apresente valor total superior a **R\$ 390.388,58** (trezentos e noventa mil, trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos).

6.3.3.2.2 Contenha valor(es) unitário(s) e/ou de etapa(s) de serviço superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) do **Anexo II** (Planilha de Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários) e do **Anexo III** (Cronograma Físico-Financeiro).

6.3.3.2.2.1 Caso ocorra o disposto no item **6.3.3.2.2**, proceder-se-á conforme os itens **6.3.1.1** e **6.3.1.2**, de modo que seja mantido ou reduzido o preço global.

6.3.3.2.2.2 Os erros de soma e/ou multiplicação e as divergências que porventura ocorram entre valor(es) unitário(s) e/ou de etapa de serviços e o(s) respectivo(s) valor(es) total(is) poderão ser corrigidos pelo Pregoeiro, prevalecendo o(s) valor(es) unitário(s) e/ou de etapa de serviços apresentado(s).

6.3.3.3 Para efeito do disposto no item **6.3.1.2.2**, consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores **para o item**:

6.3.3.3.1 Valor orçado pelo TRE-SE.

6.3.3.3.2 Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo TRE-SE.

6.3.4 Condições de Habilitação:

6.3.4.1 Os documentos relativos à habilitação, exigidos na **cláusula quarta** e remetidos via sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) por ocasião do encaminhamento da proposta, conforme indicado no item **3.1**, poderão ser **complementados** pelo licitante quando se fizer necessária essa providência.

6.3.4.1.1 A documentação **complementar** deve ser encaminhada após o encerramento do envio de lances, observando-se o prazo estipulado pelo Pregoeiro, que será de no mínimo 2 (duas) horas, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.4.1.1.1 O encaminhamento da documentação deve ser feito por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br).

6.3.4.1.2 Têm-se por **complementares** à proposta e à habilitação os documentos necessários à confirmação daqueles exigidos na **cláusula quarta**, destacando-se que não se trata de documentos novos.

6.3.4.2 Será admitida a comprovação de regularidade via Internet, por meio de consulta *on-line* a sítios oficiais, inclusive para suprir data vencida em algum documento.

6.3.4.3 A irregularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte poderá ser sanada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.4.3.1 A não regularização referida no item **6.3.4.3** implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93 (Art.4º, §5º do Decreto 8.538/2015).

6.3.5 Outras Disposições:

6.3.5.1 Na hipótese de a proposta ou de o lance de menor valor não ser aceito, ou se o licitante vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem classificatória, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6.3.5.1.1 Na situação prevista no item **6.3.5.1**, o Pregoeiro deverá proceder conforme os itens **6.3.1**, **6.3.2**, **6.3.3** e **6.3.4**.

6.3.5.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, observado o disposto na Lei 9.784/99.

6.3.5.2.1 Havendo a necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de que trata o item **6.3.5.2**, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br) com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e o registro da ocorrência em ata.

6.3.5.3 Em caso de desconexão do Pregoeiro nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) poderá permanecer acessível aos licitantes, retornando o Pregoeiro quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.5.3.1 Verificada a desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensão e reiniciada nos mesmos moldes indicados no item **6.3.5.2.1**.

6.3.5.4 Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de **menor preço**, segundo o fator **preço global por item**, desde que atendidas as exigências deste Edital, sendo-lhe adjudicado o objeto e homologado o certame conforme **cláusula oitava**.

6.3.5.5 Se não for apurada nenhuma proposta que atenda a este Edital, a Administração poderá fixar prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas e/ou documentação, escoimadas as causas que ensejem a desclassificação.

CLÁUSULA SÉTIMA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 Todo o procedimento recursal será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), em formulários próprios.

7.2 A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, no prazo designado pelo Pregoeiro.

7.2.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.3 Os recursos somente serão acolhidos após a verificação dos requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte do licitante (Acórdão 339/2010 TCU Plenário).

7.3.1 Os requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, especificados no item **7.3**, devem ser interpretados da seguinte forma:

- 7.3.1.1** Sucumbência – a decisão do Pregoeiro tem que causar prejuízo direto ao recorrente.
- 7.3.1.2** Tempestividade – só é passível de análise a intenção de recurso apresentada nos prazos exigidos por lei.
- 7.3.1.3** Legitimidade – só o licitante credenciado poderá interpor recurso.
- 7.3.1.4** Interesse – só é passível de análise a intenção de recurso que, acolhida, altere a situação jurídica do recorrente, isto é, modifique a ordem classificatória ou a habilitação do licitante ou de seus concorrentes no certame.
- 7.3.1.5** Motivação – o recorrente deverá indicar de forma precisa, clara e completa, embora não necessariamente detalhada, os equívocos ou a ilegalidade atribuídos ao Pregoeiro, que, se corrigidos, alterariam a classificação das propostas ou a habilitação dos licitantes.
- 7.4** Aceita a intenção de recurso, será concedido ao recorrente prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões recursais, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo do recorrente.
- 7.5** Considerando o Pregoeiro, ao apreciar a admissibilidade da intenção de recurso, que a motivação é manifestamente inconsistente ou equivocada, proferirá decisão fundamentada pelo não conhecimento, adjudicando o objeto da licitação ao vencedor.
- 7.5.1** Motivação manifestamente inconsistente é aquela que, mesmo instruída e fundamentada, não afeta o entendimento do TRE-SE sobre a questão.
- 7.5.2** Motivação manifestamente equivocada é aquela que não guarda pertinência com o item em julgamento, é imprecisa, obscura ou incompleta.
- 7.6** Cabe ao Pregoeiro receber, examinar, instruir e decidir os recursos em até 5 (cinco) dias úteis.
- 7.6.1** Quando mantiver sua decisão, o Pregoeiro deverá encaminhar os autos instruídos à autoridade competente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, tendo esta autoridade prazo idêntico para decisão.
- 7.6.2** O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.7** Fica assegurado aos licitantes:
- 7.7.1** O acesso ao inteiro teor das razões, contrarrazões e apreciação dos recursos por intermédio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 7.7.2** Vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses na sede do TRE-SE, situado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, Aracaju/SE, no horário de expediente do Tribunal.
- 7.8** Dos atos praticados com respeito a este Pregão Eletrônico cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos casos de:
- 7.8.1** Anulação ou revogação deste Pregão Eletrônico, contado da publicação do ato no Diário Oficial da União.
- 7.8.2** Rescisão da Contratação e/ou aplicação das penas de advertência ou de multa, contado da intimação do ato pela autoridade competente do TRE-SE.
- 7.9** No caso específico da pena de impedimento de licitar, a ser aplicada pela Diretoria-Geral do TRE-SE, cabe recurso, dirigido ao Presidente do TRE-SE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da intimação do licitante.
- 7.10** Recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 7.10.1** A Diretoria-Geral do TRE-SE poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva, nos casos previstos nos itens **7.8** e **7.9**.
- 7.10.2** O recurso será dirigido à autoridade competente do TRE-SE, por intermédio do Pregoeiro, o qual, em 5 (cinco) dias úteis, o encaminhará, devidamente informado, para apreciação e decisão, em idêntico prazo.

CLÁUSULA OITAVA

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 8.1** O objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora **para o item**.
- 8.2** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente deste Tribunal adjudicará (exceto no caso do item **7.5**) o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 8.2.1** O adjudicatário, quando convocado, terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis para assinar o contrato, a contar da data em que receber a comunicação, salvo justificativa aceitável.
- 8.2.2** Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato injustificadamente será aplicada a regra do item **8.3**.
- 8.3** Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Instrumento, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, o Pregoeiro poderá convocar outro licitante para fazê-lo, desde que respeitada a ordem de classificação, comprovados os requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação.
- 8.4** É vedada ao adjudicatário a sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total) da contratação.
- 8.4.1** É vedada a subcontratação parcial do objeto da contratação, a associação com outrem, cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, de modo a prejudicar a execução, a juízo do TRE-SE.
- 8.5** A autoridade competente do TRE-SE poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 8.6** A anulação do procedimento deste Pregão Eletrônico por motivo de ilegalidade induzirá à da contratação, não gerando obrigação do TRE-SE em indenizar a Contratada, ressalvado o disposto no item **8.8**.
- 8.7** A declaração de nulidade da contratação originada por este Pregão Eletrônico opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.
- 8.8** A nulidade não exonera o TRE-SE do dever de indenizar a Contratada pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 8.9** No caso de desfazimento do processo licitatório ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA

PENALIDADES EM SEDE DE SESSÃO PÚBLICA

- 9.1** O **licitante** que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas adiante relacionadas, ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o art. 4º, XIV, da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento, em seu(s) Anexo(s), e das demais cominações legais:
- 9.1.1** **Por até 2 (dois) meses**, quando não entregar a documentação exigida para o certame.
- 9.1.2** **Por até 4 (quatro) meses**:
- 9.1.2.1** Quando ensejar o retardamento da execução do certame.
- 9.1.2.2** Quando não mantiver a proposta.
- 9.1.3** **Por até 2 (dois) anos**, quando comportar-se de modo inidôneo.
- 9.2** O retardamento na execução do certame referido no item **9.1.2.1** é qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.
- 9.3** A não manutenção da proposta referida no item **9.1.2.2** verifica-se pela recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido do licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.
- 9.4** O comportamento inidôneo referido no item **9.1.3** é a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura destinada a prejudicar a veracidade de seu teor original.
- 9.5** Quando a ação ou omissão do licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.
- 9.6** Para que seja aplicada a sanção prevista no item **9.1**, deve ser instaurado processo administrativo a fim de oportunizar a defesa prévia ao interessado, mediante o exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado de sua notificação.
- 9.7** A competência para aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

CLÁUSULA DÉCIMA

DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Integram este Edital os seguintes anexos:

10.1.1 Anexo I - Termo de Referência.

10.1.2 Anexo II - Planilha de Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários.

10.1.3 Anexo III - Cronograma Físico-Financeiro.

10.1.4 Anexo IV - Planilha de Detalhamento de Encargos Sociais.

10.1.5 Anexo V - Planilha de Detalhamento dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.

10.1.6 Anexo VI - Projetos

10.1.7 Anexo VII - Demonstrativo de Composições do Empreendimento.

10.1.8 Anexo VIII - Cronograma de Desembolso Máximo.

10.1.9 Anexo IX - Minuta do Contrato.

10.2 As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, gerenciamento da contratação, forma de pagamento, alteração de preços e penalidades constam dos **Anexos I e IX** (Termo de Referência e Minuta do Contrato, respectivamente).

10.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE-SE, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

10.4 A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Edital, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor.

10.4.1 O limite estabelecido no item **10.4** poderá ser excedido, para supressão, desde que resultante de acordo celebrado entre os Contratantes.

10.4.2 Em se tratando de acréscimos, a Contratada deverá submeter à Gestão/Fiscalização da Contratação, previamente, orçamento detalhado e memória de cálculo, para a devida aprovação.

10.5 Em atenção ao art. 13, II, do Decreto 7.983/2013, a Contratada obriga-se a aceitar eventual adequação do projeto, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contratação, computando-se esse percentual para verificação do limite estabelecido no item **10.4**.

10.6 A suspensão dos trabalhos, necessariamente registrada, quer por desconexão superior a 10 (dez) minutos, quer por decisão do Pregoeiro, terá seu reinício subordinado à comunicação expressa aos licitantes, observada a previsão constante do item **6.3.5.2.1**.

10.7 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente do TRE-SE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, observando-se para tanto os termos do item **6.3.5.2.1**.

10.8 O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da sua habilitação.

10.9 Informações sobre o presente Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694 ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

10.10 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.11 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), a Lei 10.520/2002, o Decreto 10.024/2019, a Lei Complementar 123/2006, os Decretos 8.538/2015, 92.100/1985 e 7.983/2013, a Resolução CNJ 114/2010, a Resolução TSE 23.234/2010, a Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993 e suas alterações.

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação em Fóruns Eleitorais do interior do Estado de Sergipe, no Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima e na Sede do TRE-SE, em Aracaju, conforme condições estabelecidas neste Instrumento.

1.1.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO

ITEM	CÓDIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)
1	2222-5	SERVIÇO ENGENHARIA	Contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação em Fóruns Eleitorais do interior do Estado, no Fórum Aloísio de Abreu Lima e na Sede do TRE-SE, em Aracaju/SE, em regime de empreitada por preço global.	390.388,58

1.1.2 TABELA DESCRITIVA DAS LOCALIDADES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO:

LOCALIDADE	MUNICÍPIO	UNIDADE ELEITORAL/ENDEREÇO	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)
01	ARACAJU/SE	Sede do TRE-SE: CENAF - Centro Administrativo Governador Augusto Franco - Lote 7 - Variante 2 - Bairro Capucho.	163.068,78
02	ARACAJU/SE	Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima: Rua Itabaiana, 580 - Bairro São José.	27.972,87
03	BOQUIM/SE	Fórum Eleitoral da 4ª Zona: Pq. Citrícola Gov. João Alves Filho, s/nº, Centro.	46.005,02
04	UMBAÚBA/SE	Fórum Eleitoral da 35ª Zona: Rua Aniceto Lima, s/nº, Centro.	42.971,31
05	CAPELA/SE	Fórum Eleitoral da 5ª Zona: Praça do Conj. Manoel C. de Souza Filho, s/nº, bairro Vila Nossa Senhora da Conceição.	49.828,13
06	ITABAIANA/SE	Fórum Eleitoral da 9ª Zona: Av. Dr. Luiz Magalhães, s/nº, Bairro Serrano.	53.329,65
07	SÃO CRISTÓVÃO/SE	Fórum Eleitoral da 21ª Zona: Rod. João Bebe Água, s/nº, Largo Joel Fontes Costa.	653,54
08	ESTÂNCIA/SE	Fórum Eleitoral da 6ª Zona: Avenida Santa Cruz, s/nº.	563,03
09	AQUIDABÃ/SE	Fórum Eleitoral da 3ª Zona: Av. Ministro Leonor Barreto Franco, 137, Centro.	4.855,71
10	CARIRA/SE	Fórum Eleitoral da 29ª Zona - Praça Maria Jozita de Aragão, s/n, Bairro Matadouro Velho.	1.140,54

1.2 JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DO OBJETO:

1.2.1 Os serviços de manutenção, conservação e reparação nos imóveis do Tribunal são essenciais à preservação da vida útil das instalações, garantindo condições ambientais necessárias ao desenvolvimento das atividades, com vistas ao atendimento das demandas dos clientes do TRE-SE.

2 DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A presente especificação destina-se à manutenção e reparação, **a serem executadas concomitantemente**, em Fóruns Eleitorais do interior do Estado de Sergipe, no Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima e na Sede do TRE-SE, em Aracaju.

2.2 Toda e qualquer modificação introduzida nas especificações, inclusive acréscimos, somente será admitida com a prévia autorização da Gestora da Contratação e será anotada no livro de ordem, assim como todo o acompanhamento dos trabalhos no decorrer da contratação.

2.3 Será exigido o emprego de materiais e de mão de obra de primeira qualidade na execução de todos os serviços especificados.

2.4 Os materiais e/ou serviços não previstos nesta Especificação constituem casos especiais, devendo ser apreciados pela Gestora da Contratação.

2.5 Todo material considerado "similar" deverá ser previamente submetido à apreciação da Gestora da Contratação e autorizado por escrito.

2.6 Critérios a serem obedecidos:

2.6.1 Nas divergências entre as medidas verificadas e as indicadas na planilha, prevalecerão as verificadas nos locais a serem reformados.

2.6.2 Nas divergências entre planilha e especificações, prevalecerão as especificações.

2.6.3 Nas divergências entre projetos de escalas diferentes, prevalecerão os de maior escala.

2.6.4 Nas divergências entre especificações e projetos, prevalecerão as especificações.

2.6.5 Nas indicações de marcas considerem-se compreendidas as similares.

3 DOS PRAZOS

3.1 O prazo de execução da contratação a ser firmada com o licitante vencedor para a prestação dos serviços objeto deste Instrumento é de **120 (cento e vinte) dias**, contando-se da data estabelecida na ordem de serviço.

3.2 O prazo de vigência da contratação será de **210 (duzentos e dez) dias**, a contar da assinatura do contrato.

3.3 Os prazos de execução e de vigência referidos, respectivamente, nos itens **3.1** e **3.2** admitem prorrogação na forma da Lei 8.666/1993.

4 DOS SERVIÇOS

4.1 SEDE TRE-SE

4.1.1 REFORMA DA ESTRUTURA ESPACIAL DA SEDE

4.1.1.1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL

4.1.1.1.1 Para acompanhamento e condução dos operários, a Contratada deverá manter um encarregado/responsável pela execução dos serviços contratados.

4.1.1.2 SERVIÇOS PRELIMINARES

4.1.1.2.1 Promover o desempenho e alinhamento de todas as placas metálicas frontais de toda a estrutura espacial que existe na fachada do Ed. Sede do TRE-SE.

4.1.1.2.2 Providenciar o escovamento manual de todas as peças metálicas que compõem a estrutura espacial na fachada do Ed. Sede do TRE-SE.

4.1.1.2.3 Providenciar a substituição de todos os parafusos existentes na estrutura espacial que estejam enferrujados por outros novos, seguindo o mesmo padrão dos atualmente existentes.

4.1.1.3 PINTURA

4.1.1.3.1 Executar a pintura de toda a estrutura espacial na fachada do Ed. Sede do TRE-SE, utilizando tinta esmalte sintético para estrutura metálica em duas demãos nas cores atualmente existentes.

4.1.1.3.2 O serviço deverá ser executado com esmero, de maneira que as áreas em volta da estrutura metálica, como pisos, paredes, esquadrias e vidros permaneçam limpas, sem respingos ou manchas de tinta.

4.1.1.3.3 Os trabalhos, por se tratarem de serviços em altura, deverão ser executados com andaimes metálicos, devendo os operários utilizarem todos os acessórios de segurança exigidos por lei, para que não ocorra qualquer tipo de acidente de trabalho.

4.1.2 DEPÓSITO - SEPAT

4.1.2.1 ALVENARIA

4.1.2.1.1 Realizar escavação manual para possibilitar a execução das fundações dos pilares projetados; após a conclusão das fundações, providenciar o reaterro.

4.1.2.1.2 Executar alvenaria de bloco cerâmico de 9x19x24cm para vedação de parte do depósito, conforme projeto fornecido.

4.1.2.1.3 Executar as sapatas, pilares e cintamentos superiores e inferiores em concreto armado, utilizando formas com tábuas de pinho, seguindo o detalhe fornecido.

4.1.2.1.4 Os cintamentos inferior e superior devem ser executados com calha tipo "U" preenchidas com concreto armado.

4.1.2.1.5 Recuperar a pavimentação com concreto simples desmoldado e alisado.

4.1.2.2 REVESTIMENTO

4.1.2.2.1 Executar chapisco com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 nos dois lados da nova alvenaria.

4.1.2.2.2 Executar reboco com argamassa de cimento, cal e areia, no traço 1:2:10, com espessura de 1,5 cm nos dois lados da nova alvenaria.

4.1.2.3 PINTURA

4.1.2.3.1 Aplicar fundo selador latex pva sobre os rebocos executados.

4.1.2.3.2 Sobre o fundo selador, aplicar duas demãos de tinta pva latex para interiores na cor branco neve.

4.1.3 ASJUR

4.1.3.1 Demolir todo o revestimento cerâmico das paredes do sanitário da Assessoria Jurídica - ASJUR.

4.1.3.2 Executar camada de regularização de base para receber o revestimento cerâmico, com argamassa no traço t4, com espessura de 2,5 cm.

4.1.3.3 Fornecer e instalar novo revestimento cerâmico nas paredes do sanitário da Assessoria Jurídica - ASJUR, na cor branca, acetinado, nas dimensões de 45 x 45 cm, fabricante Eliane ou similar, com PEI 2 ou superior.

4.1.3.4 Remover todo o entulho gerado pela execução desse serviço, deixando o ambiente limpo e em condições de uso normalmente.

4.1.4 SEPEM

4.1.4.1 Providenciar a demolição do reboco com 15 cm de largura acompanhando as fissuras existentes nos dois lados da parede da SEPEM.

4.1.4.2 Fornecer e instalar Tela fix com largura de 15 cm sobre as fissuras existentes nos dois lados das paredes da SEPEM.

4.1.4.3 Aplicar novo reboco com argamassa de cimento, cal e areia, no traço 1:2:10, com espessura de 1,5 cm nos locais onde serão instaladas as Telas sobre as fissuras.

4.1.4.4 Aplicar massa corrida sobre o novo reboco e em seguida aplicar duas demãos de tinta pva latex na mesma cor atualmente existente, nos vãos completos das paredes onde haverá recuperação das fissuras. O serviço deverá ser executado de maneira que a recuperação fique no mesmo nível da pintura já existente, não deixando demarcação da recuperação realizada.

4.1.4.5 Executar alvenaria de tijolo maciço no lugar do rodapé da parede da SEPEM voltada para a circulação, formando uma jardineira com 10 cm de largura e 7 cm de altura.

4.1.4.6 Fornecer e instalar seixo rolado ornamental para jardim na jardineira executada.

4.1.4.7 Fornecer e aplicar rodapé de granito preto, como revestimento externo da nova jardineira executada.

4.1.5 MURO

4.1.5.1 Demolir o trecho do muro existente no fundo do miniauditório e que se encontra inclinado, seguindo a indicação da fiscalização.

4.1.5.2 Executar alvenaria de bloco cerâmico de 9x19x24cm em substituição ao trecho do muro que está pendente e que será demolido. Sobre esse novo trecho de muro deverá ser executado um cintamento com calha tipo "U", preenchida com concreto armado, devidamente amarrado na cinta já existente no muro que não será demolido.

4.1.5.3 Executar chapisco com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 nos dois lados da nova alvenaria.

4.1.5.4 Remover todo o entulho gerado pela execução desse serviço.

4.1.6 SALA DE REUNIÃO DA SJD

4.1.6.1 Fornecer e instalar porta de madeira compensada lisa semi-ôca, de 0,80 x 2,10 m, com caixilho e fechadura, mantendo-se o padrão existente das demais portas da SJD.

4.1.6.2 Executar a pintura da nova porta e sua aduela, com tinta esmalte sintético pra madeira, acetinado sobre massa à óleo e fundo nivelador, nas cores atualmente existentes nas demais portas da SJD.

4.2 FÓRUM DES. ALOÍSIO DE ABREU LIMA

4.2.1 DEMOLIÇÕES/RETIRADAS

4.2.1.1 Remover lavatório do sanitário feminino do térreo, logo depois da área da Central de Atendimento, e o lavatório do banheiro masculino de uso dos terceirizados da limpeza no térreo, no fundo do Fórum.

4.2.1.2 Demolir o revestimento cerâmico das paredes e do piso do banheiro masculino de uso dos terceirizados da limpeza no térreo, no fundo do Fórum, e do revestimento cerâmico do piso dos banheiros externos, próximos à escada de ferro de acesso ao pavimento superior.

4.2.1.3 Retirar o box de vidro temperado existente no banheiro masculino de uso dos terceirizados da limpeza no térreo, no fundo do Fórum.

4.2.1.4 Retirar o vaso sanitário do banheiro masculino de uso dos terceirizados da limpeza.

4.2.1.5 Retirar toda a película existente nos vidros existentes na Central de Atendimento.

4.2.1.6 Remover todo o entulho gerado pela execução desse serviço.

4.2.2 REVESTIMENTO E PAVIMENTAÇÃO

4.2.2.1 Executar camada de regularização de base para receber os revestimentos cerâmicos, com argamassa no traço t4, com espessura de 2,5 cm.

4.2.2.2 Fornecer e instalar revestimento cerâmico 34 x 34 cm, com PEI igual ou superior a 3, fabricante Elizabeth ou similar, nas paredes e no piso do banheiro masculino de uso dos terceirizados da limpeza no térreo, no fundo do Fórum, e nos pisos dos banheiros externos, próximos à escada de ferro de acesso ao pavimento superior. Atentar para as quedas dos novos pisos que deverão ser direcionadas para os ralos.

4.2.3 EQUIPAMENTOS SANITÁRIOS

4.2.3.1 Fornecer e instalar vaso sanitário Elizabeth ou similar no banheiro masculino de uso dos terceirizados da limpeza no térreo, no fundo do Fórum.

4.2.3.2 Fornecer e instalar bancada de granito cinza andorinha com cuba de louça branca, sifão, válvula, e rabicho no sanitário feminino do térreo, logo depois da área da Central de Atendimento.

4.2.3.3 Fornecer e instalar torneiras de acionamento automático novas, Fabrimar ou similar, no sanitário feminino do térreo, logo depois da área da Central de Atendimento, no banheiro masculino de uso dos terceirizados da limpeza no térreo, no fundo do Fórum, e nos banheiros externos, próximos à escada de ferro de acesso ao pavimento superior, num total de 7 (sete) unidades.

4.2.3.4 Fornecer e instalar 3 ralos sifonados para drenagem dos três sanitários/banheiros que terão os pisos substituídos.

4.2.3.5 Fornecer e instalar novo lavatório no banheiro masculino de uso dos terceirizados da limpeza no térreo, no fundo do Fórum, nas mesmas dimensões do existente atualmente.

4.2.4 PINTURA

4.2.4.1 Executar a pintura dos tetos dos sanitários/banheiros feminino do térreo, logo depois da área da Central de Atendimento, do banheiro masculino de uso dos terceirizados da limpeza no térreo, no fundo do Fórum, e dos banheiros externos, próximos à escada de ferro de acesso ao pavimento superior.

4.2.4.2 Executar a pintura das novas portas de madeira dos sanitários externos, com tinta esmalte sintético pra madeira, sobre massa à óleo e fundo nivelador, nas cores atualmente existentes nas demais portas, no tipo acetinado.

4.2.4.3 Executar o lixamento mecânico de toda a escada metálica de acesso ao pavimento superior, eliminando todos os pontos de ferrugem existentes.

4.2.4.4 Executar a pintura de toda a escada metálica de acesso ao pavimento superior, utilizando tinta esmalte sintético acetinado para estruturas metálicas, na cor preta.

4.2.5 DIVERSOS

4.2.5.1 Fornecer e instalar box de vidro temperado incolor, com 8 mm de espessura no banheiro masculino de uso dos terceirizados da limpeza no térreo, no fundo do Fórum, em substituição ao existente e que se encontra parcialmente quebrado.

4.2.5.2 Fornecer e instalar porta de vidro temperado incolor, com 10 mm de espessura, com as dimensões de 0,60 x 2,10 m, nos banheiros externos, próximos à escada de ferro de acesso ao pavimento superior.

4.2.5.3 Fornecer e instalar duas portas de madeira compensada lisa semi-ôca, de 0,60 x 2,10 m, com ferragens para fixação em granito e fechaduras do tipo livre/ocupado internamente nos banheiros externos, próximos à escada de ferro de acesso ao pavimento superior.

4.2.5.4 Fornecer e instalar película insulfilm (ou similar) fumê em todas as esquadrias com vidro na central de atendimento.

4.2.5.5 Fornecer película insulfilm (ou similar) jateada para as duas portas de vidro temperado a serem fornecidas e instaladas nos sanitários externos.

4.2.5.6 Providenciar a limpeza geral das áreas envolvidas nos serviços de manutenção aqui especificados.

4.2.5.7 Executar impermeabilização com manta asfáltica 3mm aluminizada nos topos das platibandas, seguindo orientação da Fiscalização do TRE-SE e a área indicada na planilha orçamentária.

4.3 BOQUIM

4.3.1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL

4.3.1.1 Para acompanhamento e condução dos operários, a Contratada deverá manter um encarregado/responsável pela execução dos serviços contratados.

4.3.2 SERVIÇOS PRELIMINARES

4.3.2.1 A Contratada deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade, não sendo possível utilizar as instalações do Fórum para esse fim.

4.3.3 DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

4.3.3.1 Remover 10 placas de forro de gesso, com dimensões de 60 x 60 cm, que se encontram danificadas por infiltrações da cobertura.

4.3.3.2 Retirar a pedras do tipo miracema que se encontram soltas ou quebradas na calçada e na mureta, na área indicada na planilha orçamentária.

4.3.3.3 Retirada com posterior assentamento das telhas onduladas de fibrocimento de 4mm, de 0,50m x 2,44m, para possibilitar a execução da impermeabilização com manta asfáltica, de acordo com o quantitativo da planilha orçamentária.

4.3.3.4 Retirar 10 (dez) telhas onduladas de fibrocimento de 4mm, de 0,50m x 2,44m que estão quebradas na cobertura do prédio, para que seja feita a sua substituição.

4.3.4 REVESTIMENTOS

4.3.4.1 Fornecer e assentar pedra Miracema nas muretas e calçadas a serem recuperadas, na área indicada na planilha orçamentária.

4.3.5 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

4.3.5.1 Promover a revisão das instalações elétricas do Fórum, com substituição dos itens necessários para garantir o perfeito funcionamento das luminárias e tomadas.

4.3.5.2 Fornecer e instalar três novos postes de iluminação do jardim do Fórum, utilizando outros com o mesmo padrão dos postes atuais. A alimentação elétrica desses postes será executada a partir das existentes.

4.3.6 PINTURA

4.3.6.1 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros internamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido.

4.3.6.2 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Boquim deverá ser pintado. Internamente, nas paredes, na laje e no forro de gesso, onde houver, deverá ser feita a recuperação das fissuras com a aplicação de uma demão de massa corrida; posteriormente, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e branco gelo nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com a aplicação de uma demão de massa acrílica; posteriormente, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium no corpo principal do prédio e tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.

4.3.6.3 As paredes e tetos que apresentam manchas provenientes de umidade, deverão ser raspadas para retirada da massa corrida e posteriormente receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.

4.3.6.4 Nas paredes que receberão a cor verde, deverá haver a aplicação de nova textura acrílica antes da aplicação da nova pintura.

4.3.6.5 Todas as portas de madeira e suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

4.3.6.6 Os gradis de ferro que fecham o terreno, as grades das janelas, a grade da porta de serviço, a escada de marinho e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (não poderá ser manual), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão na cor cinza.

4.3.6.7 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

4.3.6.8 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

4.3.6.9 Todo o muro que delimita o terreno do Fórum deverá ser pintado com tinta pva latex, na cor branca, internamente, com duas demãos.

4.3.7 DIVERSOS

4.3.7.1 Todas as mantas existentes nas calhas e sobre as telhas da cobertura do prédio deverão ser removidas.

4.3.7.2 Deverão ser impermeabilizadas com manta asfáltica 3mm aluminizada todas as calhas da cobertura até o seu topo, seguindo orientação da Fiscalização do TRE-SE. As mantas da calha do telhado menor deverão ter a sua extremidade chumbada na parede.

4.3.7.3 Fornecer e instalar 10 (dez) telhas onduladas de fibrocimento de 4mm, de 0,50m x 2,44m, em substituição às que se encontram quebradas na cobertura.

4.3.7.4 Fornecer 10 placas de forro de gesso, com dimensões de 60 x 60 cm, em substituição às que se encontram danificadas por infiltrações da cobertura.

4.3.7.5 Executar nova plotagem no Totem de identificação da Zona Eleitoral, seguindo o mesmo padrão existente.

4.3.7.6 O entulho gerado pela execução desse serviço deverá ser removido pela Contratada.

4.4 UMBAÚBA

4.4.1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL

4.4.1.1 Para acompanhamento e condução dos operários, a Contratada deverá manter um encarregado/responsável pela execução dos serviços contratados.

4.4.2 SERVIÇOS PRELIMINARES

4.4.2.1 A Contratada deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade, não sendo possível utilizar as instalações do Fórum para esse fim.

4.4.3 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

4.4.3.1 Promover a revisão das instalações elétricas do Fórum, com substituição dos itens necessários para garantir o perfeito funcionamento das luminárias e tomadas.

4.4.4 PINTURA

4.4.4.1 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros internamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido.

4.4.4.2 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Umbaúba deverá ser pintado. Internamente, nas paredes, na laje e no forro de gesso, onde houver, deverá ser feita a recuperação das fissuras com a aplicação de uma demão de massa corrida; posteriormente, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e branco gelo nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com a aplicação de uma demão de massa acrílica; posteriormente, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica Premium branco fosco no corpo principal do prédio e tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.

4.4.4.3 As paredes e tetos que apresentam manchas provenientes de umidade deverão ser raspadas para retirada da massa corrida e posteriormente receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.

4.4.4.4 Nas paredes que receberão a cor verde, deverá haver a aplicação de nova textura acrílica antes da aplicação da nova pintura.

4.4.4.5 Todas as portas de madeira e suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

4.4.4.6 Os gradis de ferro que fecham o terreno, as grades das janelas, a grade da porta de serviço, a escada de marinho e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (não poderá ser manual), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão na cor cinza.

4.4.4.7 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

4.4.4.8 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

4.4.4.9 Todo o muro que delimita o terreno do Fórum, deverá ser pintado com tinta pva latex, na cor branca, internamente, com duas demãos.

4.4.5 DIVERSOS

4.4.5.1 Retirar todo o entulho gerado na execução dos serviços objeto da contratação, utilizando-se de caixas coletoras de entulho com capacidade de 5 m³.

4.4.5.2 Providenciar a aplicação de cordão de silicone nos contornos das esquadrias de alumínio do prédio, providenciando antes, a limpeza dos encontros das janelas com as paredes ou peitoris.

4.5 CAPELA

4.5.1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL

4.5.1.1 Para acompanhamento e condução dos operários, a Contratada deverá manter um encarregado/responsável pela execução dos serviços contratados.

4.5.2 SERVIÇOS PRELIMINARES

4.5.2.1 A Contratada deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade, não sendo possível utilizar as instalações do Fórum para esse fim.

4.5.3 PINTURA

4.5.3.1 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros internamente e externamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido.

4.5.3.2 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Capela deverá ser pintado. Internamente, nas paredes, na laje e no forro de gesso, onde houver, deverá ser feita a recuperação das fissuras com a aplicação de uma demão de massa corrida; posteriormente, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e branco gelo nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com a aplicação de uma demão de massa acrílica; posteriormente, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium no corpo principal do prédio e tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.

4.5.3.3 As paredes e tetos que apresentam manchas provenientes de umidade deverão ser raspadas para retirada da massa corrida e posteriormente receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.

4.5.3.4 Nas paredes que receberão a cor verde, deverá haver a aplicação de nova textura acrílica antes da aplicação da nova pintura.

4.5.3.5 Todas as portas de madeira e suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

4.5.3.6 Os gradis de ferro que fecham o terreno, as grades das janelas, a grade da porta de serviço, a escada de marinho e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (não poderá ser manual), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão na cor cinza.

4.5.3.7 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

4.5.3.8 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

4.5.4 REVESTIMENTOS

4.5.4.1 Substituir as placas do forro de gesso do prédio, que se encontram quebradas ou furadas.

4.5.4.2 Realizar o tratamento das fissuras observadas no prédio, com instalação de barras de ferro CA 60 e posterior aplicação de argamassa.

4.5.4.3 Fornecer e assentar pedra Miracema nas muretas e calçadas a serem recuperadas, na área indicada na planilha orçamentária.

4.5.4.4 Aplicar rejuntamento no mármore da fachada, após a lavagem de alta pressão com água e cloro líquido.

4.5.5 COBERTURA

4.5.5.1 Todas as mantas existentes nas calhas e sobre as telhas da cobertura do prédio deverão ser removidas.

4.5.5.2 Retirada com posterior assentamento das telhas onduladas de fibrocimento para possibilitar a execução da impermeabilização com manta asfáltica, de acordo com o quantitativo da planilha orçamentária.

4.5.5.3 Deverão ser impermeabilizadas com manta asfáltica 3mm aluminizada todas as calhas da cobertura até o seu topo, seguindo orientação da Fiscalização do TRE-SE. As mantas da calha do telhado menor deverão ter a sua extremidade chumbada na parede.

4.5.6 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

4.5.6.1 Promover a revisão das instalações elétricas do Fórum, com substituição dos itens necessários para garantir o perfeito funcionamento das luminárias e tomadas.

4.6 ITABAIANA

4.6.1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL

4.6.1.1 Para acompanhamento e condução dos operários, a Contratada deverá manter um encarregado/responsável pela execução dos serviços contratados.

4.6.2 SERVIÇOS PRELIMINARES

4.6.2.1 A Contratada deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade, não sendo possível utilizar as instalações do Fórum para esse fim.

4.6.3 DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

4.6.3.1 Retirada com posterior assentamento das telhas onduladas de fibrocimento de 4mm, de 0,50m x 2,44m, para possibilitar a execução da impermeabilização com manta asfáltica, de acordo com o quantitativo da planilha orçamentária.

4.6.3.2 Retirar 10 (dez) telhas onduladas de fibrocimento de 4mm, de 0,50m x 2,44m que estão quebradas na cobertura do prédio, para que seja feita a sua substituição.

4.6.3.3 Executar a demolição da calçada da frente da varanda danificada a ser recuperada.

4.6.4 COBERTURA

4.6.4.1 Todas as mantas existentes nas calhas e sobre as telhas da cobertura do prédio deverão ser removidas.

4.6.4.2 Deverão ser impermeabilizadas com manta asfáltica 3mm aluminizada todas as calhas da cobertura até o seu topo, seguindo orientação da Fiscalização do TRE-SE. As mantas da calha do telhado menor deverão ter a sua extremidade chumbada na parede.

4.6.4.3 Fornecer e instalar 10 (dez) telhas onduladas de fibrocimento de 4mm, de 0,50m x 2,44m, em substituição às que se encontram quebradas na cobertura.

4.6.4.4 O entulho gerado pela execução desse serviço deverá ser removido pela Contratada.

4.6.5 PAVIMENTAÇÃO

4.6.5.1 Fornecer e instalar piso tátil direcional ou alerta em concreto conforme projeto fornecido, seguindo as Normas Técnicas, na área indicada na planilha orçamentária.

4.6.5.2 Fornecer e instalar piso tátil direcional ou alerta em borracha no interior do Fórum, conforme projeto fornecido, seguindo as Normas Técnicas, na área indicada na planilha orçamentária.

4.6.5.3 Executar nova calçada externa, em frente à varanda, com aplicação de concreto simples e cimentado.

4.6.6 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

4.6.6.1 Promover a revisão das instalações elétricas do Fórum, com substituição dos itens necessários para garantir o perfeito funcionamento das luminárias e tomadas.

4.6.7 PINTURA

4.6.7.1 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros internamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido.

4.6.7.2 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Itabaiana deverá ser pintado. Internamente, nas paredes, na laje e no forro de gesso, onde houver, deverá ser feita a recuperação das fissuras com a aplicação de uma demão de massa corrida; posteriormente, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e branco gelo nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com a aplicação de uma demão de massa acrílica; posteriormente, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica Premium branco fosco no corpo principal do prédio e tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.

4.6.7.3 As paredes e tetos que apresentam manchas provenientes de umidade deverão ser raspadas para retirada da massa corrida e posteriormente receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.

4.6.7.4 Nas paredes que receberão a cor verde, deverá haver a aplicação de nova textura acrílica antes da aplicação da nova pintura.

4.6.7.5 Todas as portas de madeira e suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

4.6.7.6 Os gradis de ferro que fecham o terreno, as grades das janelas, a grade da porta de serviço, a escada de marinho e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (não poderá ser manual), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zincada na cor cinza.

4.6.7.7 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

4.6.7.8 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

4.6.7.9 Todo o muro que delimita o terreno do Fórum, deverá ser pintado com tinta pva latex, na cor branca, internamente, com duas demãos.

4.6.8 DIVERSOS

4.6.8.1 Providenciar a aplicação de cordão de silicone nos contornos das esquadrias de alumínio do prédio, providenciando antes, a limpeza dos encontros das janelas com as paredes ou peitoris.

4.6.8.2 Retirar todo o entulho gerado na execução dos serviços objeto da contratação, utilizando-se de caixas coletoras de entulho com capacidade de 5 m³.

4.7 SÃO CRISTÓVÃO

4.7.1 Fornecer e instalar rampa móvel em aço xadrex com dimensões de 0,80 x 1,10 m, para ser instalada na entrada do Fórum Eleitoral.

4.8 ESTÂNCIA

4.8.1 É encargo da Contratada, providenciar o deslocamento da equipe para realizar esses serviços.

4.8.2 Providenciar escavação sob as saídas de águas pluviais para a área externa do prédio, de maneira a permitir o prolongamento dessas descidas.

4.8.3 Realizar o prolongamento das tubulações de descidas de águas pluviais, utilizando joelhos 90° e tubos de pvc rígido soldável para esgoto, com 100 mm de diâmetro.

4.8.4 Ao final dos serviços, providenciar o chumbamento das tubulações na passagem pelo muro de delimitação do prédio do Fórum Eleitoral.

4.9 AQUIDABÃ

4.9.1 SERVIÇOS PRELIMINARES

4.9.1.1 Para acompanhamento e condução dos operários, a Contratada deverá manter um encarregado/responsável pela execução dos serviços contratados.

4.9.2 DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

4.9.2.1 Promover as adequações previstas no projeto fornecido para garantir a acessibilidade do banheiro existente na circulação interna do Fórum, conforme a seguir:

4.9.2.1.1 Remover a porta do banheiro, remover soleira, aumentar o vão de entrada do banheiro, remover o lavatório, remover o vaso sanitário e remover a verga de concreto sobre a porta.

4.9.2.2 Demolir a calçada em frente ao Fórum, com o objetivo de executar a rampa de acesso de pessoas com deficiência.

4.9.3 ESQUADRIA

4.9.3.1 Fornecer porta de 0,80 x 2,10 m na entrada do banheiro.

4.9.4 INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS

4.9.4.1 Executar o deslocamento dos pontos de água e de esgoto para atender ao novo lavatório.

4.9.4.2 Fornecer e instalar novo lavatório de louça branca do fabricante Elizabeth ou similar, seguindo projeto fornecido.

4.9.4.3 Fornecer e instalar novo vaso sanitário, do fabricante Elizabeth ou similar, seguindo o projeto fornecido.

4.9.5 REVESTIMENTO / PAVIMENTAÇÃO

4.9.5.1 Fornecer verga de concreto armado sobre o novo vão da porta de acesso ao banheiro.

4.9.5.2 Executar chapisco com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 nos dois lados da nova verga instalada.

4.9.5.3 Executar reboco com argamassa de cimento, cal e areia, no traço 1:2:10, com espessura de 1,5 cm nos dois lados da nova verga instalada.

4.9.5.4 Fornecer e instalar soleira de granito cinza andorinha no acesso do banheiro adaptado.

4.9.5.5 Executar a rampa de acesso de pessoas com deficiência, em concreto simples despolado, seguindo o projeto fornecido.

4.9.6 PINTURA

4.9.6.1 Executar emassamento com massa corrida nos locais afetados pelos serviços de adaptação do banheiro.

4.9.6.2 Executar a pintura da nova porta de madeira do banheiro, com duas demãos de verniz poliuretano, em ambos os lados da porta e na aduela.

4.9.6.3 Executar o lixamento da parede do banheiro voltada para a circulação, onde foram executados o chapisco e o reboco, posteriormente aplicar duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, na cor branco gelo.

4.9.6.4 Executar a sinalização horizontal sobre a nova rampa executada na calçada, padrão para deficientes, com resina acrílica.

4.9.7 DIVERSOS

4.9.7.1 Fornecer e instalar duas barras de apoio retas, em aço inoxidável, com o comprimento de 80 cm, nos locais indicados no projeto fornecido.

4.9.7.2 Fornecer e instalar uma barra de apoio reta, em aço inoxidável, com o comprimento de 40 cm, na porta de entrada do banheiro, conforme projeto fornecido.

4.9.7.3 Retirar todo o entulho gerado na execução dos serviços objeto da contratação, utilizando-se de caixas coletoras de entulho com capacidade de 5 m³.

4.10 CARIRA

4.10.1 É encargo da Contratada, providenciar o deslocamento da equipe para realizar esses serviços.

4.10.2 Fornecer e instalar 2 (dois) tubos de aço galvanizado de 3" na fachada do prédio, seguindo o mesmo padrão dos demais já instalados.

4.10.3 Executar a pintura dos dois tubos fornecidos com esmalte sintético acetinado na cor dos demais tubos existentes na fachada.

5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DE SUAS VEDAÇÕES

5.1 Executar os serviços em conformidade com o disposto neste Instrumento.

5.2 Arcar com a responsabilidade civil decorrente de erros do serviço, provenientes de culpa ou dolo da Contratada, independentemente da ação da Fiscalização do Tribunal.

5.3 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes no trabalho sofridos pelos seus operários e lhes fornecer todos os equipamentos de segurança, de acordo com as exigências da CLT e do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

5.4 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação.

5.5 Conhecer os locais onde serão executados os serviços, a fim de tomar as precauções e cuidados necessários no sentido de garantir inteiramente a integridade de todas as instalações, equipamentos, canalizações e redes que possam ser atingidos, pavimentação das áreas adjacentes e outras propriedades de terceiros, além da segurança dos operários e transeuntes durante a execução de todos os serviços previstos, pois qualquer dano ou avaria causada será de inteira e única responsabilidade da Contratada, correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

5.5.1 A obrigação constante do item **5.5** não se confunde com a vistoria técnica, **dispensada nesta contratação** em face de a execução dos serviços a serem pactuados não envolver complexidade.

5.6 Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e também de todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, transportes, seguros e tudo mais que se fizer necessário à conclusão e quitação dos encargos dos referidos serviços.

5.7 Apresentar todo e qualquer material a ser utilizado, antes de sua aplicação, para análise e aprovação pela Comissão de Fiscalização da Contratação, uma vez que não serão aceitos os serviços executados e materiais que não tenham sido previamente aprovados.

5.7.1 Uma vez aprovados os materiais a serem utilizados, as demais partidas ficarão sujeitas à aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação, sendo impugnadas as que estejam em desacordo com o material já aprovado e com o estabelecido nas especificações dos referidos materiais.

5.8 Disponibilizar, no local de execução, responsável geral pela condução dos trabalhos.

5.9 Verificar e conferir todos os documentos e instruções referidos no item **5.9** transferirá à Contratada todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

5.9.1 A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no item **5.9** transferirá à Contratada todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

5.10 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da Comissão de Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do Contratante, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

5.11 Efetuar a limpeza diária dos locais e do entorno onde serão executados os serviços, deixando os ambientes em condições normais de uso pelos servidores, durante seu horário de funcionamento.

5.12 No caso de os trabalhos não estarem sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Instrumento, com as especificações e instruções fornecidas pelo TRE-SE ou pela Gestão/Fiscalização da Contratação e, de modo geral, com as regras da arte de construir e reformar, poderá a referida Gestão/Fiscalização, além das sanções previstas neste Instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como o seu refazimento, que será realizado pela Contratada.

5.13 Apresentar à Comissão de Fiscalização da Contratação, previamente ao início dos trabalhos, a relação de todo o pessoal que atuará na execução dos serviços, com nomes completos, número do R.G. e função na empresa, além de indicar o encarregado geral responsável pela equipe de operários.

5.14 Cuidar para que o pessoal que executará os serviços contratados esteja devidamente fardado e com os EPI's apropriados para os trabalhos a serem realizados.

5.15 Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, estando terminantemente proibido o uso de bens do TRE-SE, mesmo que existam e que estejam sem uso no período da execução dos trabalhos, como escadas, baldes, vassouras, panos, etc.

5.16 Desempenhar as atividades com esmero e asseio diário, de maneira que todo patrimônio do Tribunal e dos servidores junto ao serviço esteja protegido e que seja garantida a normalidade do funcionamento, uma vez que os imóveis que sofrerão intervenção estarão com o seu funcionamento normal durante o período de execução dos trabalhos contratados.

5.17 Combinar previamente com a Comissão de Fiscalização da Contratação os horários de atuação da Contratada que, inicialmente, será realizada no horário comercial, podendo, se necessário, verificar-se em horários diversos, desde que devidamente justificados.

5.18 Registrar a contratação no CREA-SE ou no CAU-SE, na forma prevista na legislação vigente, e fazer a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT de execução dos serviços no respectivo Conselho.

5.18.1 A ART e o RRT devem ter como responsável um engenheiro ou arquiteto, conforme o caso, e devem ser apresentados no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do início da execução contratual.

5.19 Indicar, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da assinatura do contrato, preposto para representá-la na execução do seu objeto, reservando-se ao TRE-SE o direito de determinar, a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a Contratada deverá indicar outro representante.

5.20 Indicar engenheiro ou arquiteto que assuma a responsabilidade técnica pela condução e execução até o recebimento definitivo, com poderes e autonomia para deliberar sobre qualquer determinação urgente que se faça necessária.

5.21 Retirar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após receber a notificação, preferencialmente através do Livro de Ordem, todo material rejeitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.22 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

5.23 Afastar ou substituir, por recomendação da Comissão de Fiscalização da Contratação, qualquer empregado, seu ou de subcontratadas, que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço, até 24 (vinte e quatro) horas após receber a devida notificação.

5.24 Executar o serviço no prazo fixado neste Instrumento, empregando materiais e equipamentos de primeira qualidade, executando os acabamentos com esmero, de acordo com as especificações, normas técnicas e diretivas da Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.25 Fornecer e manter o Livro de Ordem no local de execução do serviço, com livre acesso da Gestão/Fiscalização da Contratação.

5.26 Acatar as diretivas, decisões, observações e sugestões feitas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito, preferencialmente assentes no Livro de Ordem.

5.27 Submeter, previamente e por escrito, quando solicitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, os catálogos industriais, especificações técnicas e amostras dos materiais e equipamentos especificados e dos que se pretendem aplicar como "similar".

5.28 Comunicar, previamente e por escrito, à Gestão/Fiscalização da Contratação, qualquer substituição em seu plantel técnico.

5.29 Remover, ao fim dos serviços e anteriormente ao recebimento provisório, o entulho e restos de materiais utilizados no serviço e porventura ainda existentes no local, somente considerando-se o objeto desta contratação em condições de ser recebido provisoriamente quando completamente limpo e depois de reparados os eventuais defeitos ou vícios construtivos, bem como os estragos feitos a qualquer obra ou bem público, particular ou danos pessoais.

5.30 Substituir, reparar ou corrigir, no prazo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Instrumento em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando da sua utilização.

5.31 Atender as normas sobre segurança e saúde no trabalho.

5.32 Responsabilizar-se por ensaios, testes ou provas necessários à prestação dos serviços contratados, inclusive pelos serviços mal executados.

5.33 Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações do Objeto, sempre que a Comissão de Fiscalização da Contratação julgar necessário.

5.34 Garantir todos os serviços executados pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5.35 Observar as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução TRE-SE 120/2015, disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/ot/servidores-e-normas-internas/codigo-de-etica-e-conduta-profissional/codigo-de-etica-e-conduta-profissional>.

5.36 Informar endereço eletrônico (e-mail) para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.

5.37 É expressamente vedado à CONTRATADA:

5.37.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

5.37.2 Sub-rogar (subcontratar, ceder ou transferir totalmente) a contratação.

5.37.3 Subcontratar parcialmente o objeto desta contratação, associar-se com outrem, ceder ou transferir parcialmente o objeto desta contratação, tampouco realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do contrato, a juízo do TRE-SE.

5.37.4 Contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

5.37.5 Caucionar ou utilizar o Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

5.37.6 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

6 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Emitir Nota de Empenho.

6.2 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA.

6.3 Comunicar formalmente à CONTRATADA, preferencialmente mediante registro no livro de ordem, quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual.

6.4 Proporcionar a inoperação das condições indispensáveis ao fornecimento do objeto deste Instrumento.

6.5 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.

6.6 Fiscalizar a execução da contratação, em todas as suas fases, a fim de que sejam plenamente cumpridas as especificações do objeto pactuado.

7 CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO, GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTE

7.1 A Gestão da Contratação será realizada pela Coordenadoria de Obras e Serviços – COSER, mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato, no Edital e em seus demais anexos, bem como verificará a conformidade com a proposta da Contratada e aceitará o objeto por meio de atestação exarada nas Notas Fiscais ou Faturas, procedendo-se a observações, se necessário.

7.2 A fiscalização da execução contratual será realizada por Comissão de Fiscalização designada para tal finalidade, que atuará como representante do TRE-SE e a quem cabrá, dentre outras atribuições, acompanhar a compatibilidade dos serviços executados com as especificações exigidas, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados em 24 (vinte e quatro) horas, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

7.4 A Gestão/Fiscalização terá poderes para determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas.

7.4.1 Somente a Gestão/Fiscalização da Contratação tem autonomia para solicitar a paralisação dos serviços que estejam sendo realizados fora do que foi acordado e que estejam prejudicando o funcionamento do trabalho nos locais de realização dos serviços.

7.4.1.1 Qualquer solicitação feita que esteja fora do escopo do serviço contratado não poderá ser realizada sem a análise da fiscalização.

7.5 A COSER rejeitará, no todo ou em parte, os serviços contratados que não obedecerem ao disposto neste Termo de Referência, no contrato, no Edital, em seus demais anexos, e na proposta da Contratada.

7.6 Quando as decisões ou as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta deverá solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas cabíveis.

7.7 Será exigido o Livro de Ordem, que é de adoção obrigatória, conforme Resolução CONFEA 1.024/2009.

7.7.1 O referido Livro constituirá a memória escrita de todas as atividades relacionadas com os serviços e servirá de subsídio para comprovar a autoria dos serviços, garantir o cumprimento das instruções, dirimir dúvidas, avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos, acidentes de trabalho, além de eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos.

7.7.2 O livro de Ordem tem ainda por objetivo confirmar, acompanhado da ART ou do RRT, a efetiva participação do profissional na execução dos serviços, de modo a permitir a expedição de Certidão de Acervo Técnico.

7.7.2.1 Neste livro de Ordem deverá conter o registro de todas as ocorrências relevantes aos serviços, conforme o artigo 4º da Resolução 1.024 do CONFEA, a ser providenciado pelo responsável técnico pelos serviços, pelos autores dos projetos e pelo Contratante dos serviços.

7.8 A Comissão de Fiscalização da Contratação lavrará termo circunstanciado de Recebimento Provisório, assinado pelos seus membros e pela Contratada, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da comunicação por escrito da conclusão do objeto, pela Contratada.

7.8.1 O recebimento provisório somente ocorrerá após a conclusão das instalações, que deverão estar testadas e devidamente prontas para uso.

7.8.2 A Comissão de Fiscalização da Contratação examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, cláusulas contratuais, Termo de Referência, especificações técnicas e demais anexos do Edital do Pregão nº 12/2020 - Eletrônico, e fará constar do Termo de Recebimento Provisório todas as deficiências encontradas, que a Contratada deverá sanar em prazo determinado pela referida Comissão, conforme dispõe o art. 69 da Lei 8.666/1993.

7.9 Comprovado pela Comissão de Fiscalização da Contratação o saneamento das deficiências anotadas e a adequação do objeto aos termos contratuais, a COSER emitirá, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da respectiva comprovação, termo circunstanciado de Recebimento Definitivo do objeto, que será assinado também pela Contratada.

7.9.1 Se, no decorrer do prazo citado no item 7.9, forem constatadas irregularidades e/ou defeitos da execução dos serviços, o TRE-SE deverá comunicar por escrito, preferencialmente por comunicação eletrônica (e-mail), as ocorrências verificadas à Contratada, que deverá efetuar as correções no prazo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, interrompendo-se o decurso do prazo de que trata o item 7.9.

7.9.1.1 Não sendo executados os serviços de correções no prazo determinado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, poderá o TRE-SE mandar executá-los por terceiros, podendo fazer uso da garantia, de parcela de pagamento ou de qualquer outro crédito a que a Contratada faça jus.

7.10 O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços estará condicionado à apresentação, por parte da Contratada, da Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias no seu CNPJ.

7.11 Os serviços somente serão considerados concluídos e em condições de serem recebidos, após cumpridas todas as obrigações assumidas pela Contratada e atestada sua conclusão pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

7.12 A Contratada fica obrigada a realizar todos os testes de recebimento das instalações exigidos pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

7.13 O recebimento provisório ou definitivo e a Gestão/Fiscalização da Contratação, a ser exercida no interesse do TRE-SE, não excluem ou reduzirão a responsabilidade da Contratada pela adequada prestação dos serviços contratados e pelos danos ou prejuízos por ela causados, por culpa ou dolo, ao TRE-SE ou a terceiros.

7.14 A aceitação de cada etapa dos serviços somente será efetivada após parecer favorável da Comissão de Fiscalização da Contratação, ficando assegurado ao TRE-SE o direito de não efetivar o pagamento se ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou sua execução em desacordo com as normas técnicas, Termo de Referência ou demais documentos determinantes dos serviços, devendo então ser justificadas, por escrito, as razões da não aceitação.

7.14.1 O pagamento da parcela não aceita será liberado após a correção pela Contratada e aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

7.15 Para avaliação do cumprimento de cada parcela deverá ser fornecida pela Contratada, e devidamente aceita pela Comissão de Fiscalização da Contratação, planilha de avaliação de serviços, onde deverão estar explicitados os diversos itens e subitens executados e a executar, e na qual deverá constar o percentual de execução de cada serviço, que servirá de base para avaliação do cumprimento do cronograma.

7.16 Concluída a parcela, conforme indicação no cronograma físico-financeiro, a Contratada solicitará autorização para faturar, indicando os itens do cronograma considerados cumpridos, e a Comissão de Fiscalização da Contratação vistoriará os serviços e verificará se na execução da parcela foram atendidas pela Contratada todas as obrigações contratuais, de modo que, em caso de conformidade, inclusive em relação aos percentuais de execução avaliados, a Contratada será autorizada a apresentar os documentos de cobrança (Faturas), referentes ao preço da etapa executada.

7.16.1. Será possível, a critério do TRE-SE, o pagamento correspondente a serviços previstos em etapas posteriores, desde que plenamente realizados e que estejam em consonância com as medições efetuadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação e devidamente atestadas.

7.16.2 Será permitido o pagamento de serviços prestados e medidos correspondentes a determinada parcela, em valor inferior ao previsto no cronograma físico-financeiro, desde que motivado por fato superveniente à contratação.

7.16.2.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação manifestar-se-á na análise técnica quanto à necessidade de aditamento contratual, penalização e rescisão previstos neste Instrumento.

7.17 Quando da ocorrência das situações previstas nos itens 7.16.1 e 7.16.2, deverá ser apresentado novo cronograma físico-financeiro, compatível com o valor contratado, que será submetido à análise técnica da Comissão de Fiscalização da Contratação e autorizado pela Presidência, ou por quem esta delegar.

7.18 Quando as situações previstas nos itens 7.16.1 e 7.16.2 ocasionarem alteração no prazo de execução e/ou de vigência da contratação, deverão ser deliberadas através de aditamento contratual.

7.19 À Contratada caberá sanar as falhas apontadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, submetendo a etapa dos serviços impugnada a nova verificação, após o que a referida Comissão procederá da forma estabelecida no item 7.16.

7.20 Atendidas as exigências do item 7.19, o pagamento será efetuado através de qualquer modalidade de ordem bancária, em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, acompanhada de todos os documentos e reunidas todas as condições necessários à atestação pela Comissão de Fiscalização da

Contratação, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.20.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da atestação emitida pela Comissão de Fiscalização da Contratação, que ocorrerá após confirmação da regularidade dos documentos que acompanham a Nota Fiscal/Fatura necessários a essa providência.

7.20.2 A atestação será efetuada em até 2 (dois) dias úteis contados da perfeita e efetiva execução do serviço contratado.

7.20.3 O prazo para atestação não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da Contratada, comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.21 De acordo com os Decretos nº 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a Nota Fiscal Eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da Contratada sediada fora do Município de Aracaju, caso o seu ramo de atividade seja a prestação de serviço, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo IV do Decreto nº 5.551/2017.

7.21.1 A Contratada deverá, previamente à emissão da Nota Fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

7.21.2 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.22 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos de que tratam os itens **7.20** e **7.20.1**, conforme o caso, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

$I = 0,0001644$.

7.22.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **7.22**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

7.23 Para cada pagamento a Gestão/Fiscalização da Contratação confirmará a regularidade da Contratada relativa à Seguridade Social - INSS, através da Certidão Negativa de Débitos - CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

7.23.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na internet: <https://www.receita.fazenda.gov.br/aplicacoes/atspo/certidao/cndconjuntainter/informanciertidao.asp?tipo=1>, <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> e <http://www.tst.jus.br/certidao>.

7.23.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto ao CRF e à CNDT serão sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

7.23.3 O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e no contrato.

7.23.4 Eventual mudança do CNPJ da Contratada (matriz/filial), encarregada da execução dos serviços, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da Nota Fiscal.

7.24 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da Contratada, nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

7.25 Não haverá reajuste uma vez que o interregno entre a apresentação da proposta no certame e o término da vigência da avença não será superior a 12 (doze) meses.

7.26 Qualquer incorreção nas Faturas ou Notas Fiscais comunicada à Contratada suspenderá o pagamento até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE-SE encargos financeiros adicionais.

7.27 O TRE-SE efetuará a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a Contratada deixar de cumprir com as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário.

8 DAS PENALIDADES

8.1 Pela inexecução total ou parcial da contratação o TRE-SE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

8.1.1 Advertência por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo à execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação ou inobservância de obrigação que não justifique imposição de penalidade mais grave.

8.1.1.1 A advertência será aplicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, mediante aviso escrito à Contratada, após 5 (cinco) dias úteis para sua manifestação, caso esta não apresente justificativa ou a apresentada seja insuficiente.

8.1.2 Multa sobre o valor de cada etapa da contratação:

8.1.2.1 De até 5% (cinco por cento), quando não facilitar, atender ou informar o solicitado pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

8.1.2.2 De até 10% (dez por cento), quando cumprir irregularmente as obrigações, especificações, projetos ou prazos.

8.1.2.3 De até 15% (quinze por cento), quando não cumprir as obrigações, especificações, projetos ou prazos.

8.1.2.4 De até 20% (vinte por cento), quando não substituir, reparar ou corrigir, no prazo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando da sua utilização.

8.2 O atraso injustificado na execução dos serviços contratados sujeitará a Contratada à multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor de cada etapa da contratação, por cada dia de atraso na finalização da respectiva etapa, limitado ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

8.3 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), a qual será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.3.1 No caso de atraso superior a 30 (trinta) dias para a apresentação da garantia, o TRE-SE, sem prejuízo do disposto no item **8.3**, poderá promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do TRE-SE.

8.4 As multas a que se refere este Instrumento não impedem que a Administração rescinda unilateralmente a contratação e aplique as outras sanções previstas na Lei 8.666/1993.

8.5 As multas previstas neste Instrumento e o valor necessário à reparação dos danos serão descontados da garantia prestada, dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-SE ou cobrados judicialmente.

8.5.1 Se o valor da garantia e/ou da Fatura for insuficiente, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação oficial.

8.5.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente.

8.6 Para que seja aplicada a sanção prevista no item **8.1.2** deve ser facultada defesa prévia ao interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado de sua notificação.

8.7 As multas serão aplicadas pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

8.8 A Contratada ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o art. 4º, XIV, da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento e das demais cominações legais, nos prazos e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

8.8.1 Por até 1 (um) ano, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

8.8.2 Por até 2 (dois) anos, no caso de, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, ou, na hipótese de retardamento da execução do objeto, de falha na execução da contratação, causar prejuízo ao Contratante.

8.8.3 Por até 5 (cinco) anos, quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

8.8.3.1 Para os fins do item **8.8.3**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como apresentar documentação e/ou fazer declaração falsa, bem como as condutas descritas nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

8.9 A sanção do item **8.8** poderá ser aplicada conjuntamente com as sanções dos itens **8.1.2**, **8.2** e **8.3**.

8.10 A sanção prevista no item **8.8** é de competência da Diretoria-Geral do TRE-SE, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado de sua notificação.

8.11 A culpabilidade será aferida objetivamente, sendo o prejuízo concretamente demonstrado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que documentará todos os contatos e fixará prazos de atendimento.

8.11.1 As circunstâncias que envolverem a conduta da Contratada, ensejadoras da graduação da penalidade sugerida, deverão ser apreciadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação pormenorizadamente, com opinativo em função do grau de prejudicialidade da atuação da Contratada.

8.12 À Contratada que se enquadrar em determinada conduta penalizável se aplicarão os seguintes critérios:

8.12.1 Será penalizada com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.

8.12.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.

8.12.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

8.12.2 Será penalizada com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

8.12.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos itens **8.12.1** e **8.12.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da Contratada e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

8.13 A advertência referida no item **8.1.1.1** e eventuais comunicações de atos processuais serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela Contratada.

9 DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

9.1 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor.

9.1.1 O limite estabelecido no item **9.1** poderá ser excedido, para supressão, desde que resultante de acordo celebrado entre os Contratantes.

9.1.2 Em se tratando de acréscimos, a Contratada deverá submeter à Gestão/Fiscalização da Contratação, previamente, orçamento detalhado e memória de cálculo, para a devida aprovação.

9.2 Em atenção ao art. 13, II, do Decreto 7.983/2013, a Contratada obriga-se a aceitar eventual adequação do Termo de Referência, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total da contratação, computando-se esse percentual para verificação do limite estabelecido no item **9.1**.

10 RESCISÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

10.2 Constituem motivos para a rescisão da Contratação:

10.2.1 O não cumprimento de obrigações, especificações, projetos ou prazos.

10.2.2 O cumprimento irregular de obrigações, especificações, projetos ou prazos.

10.2.3 A lentidão no cumprimento da contratação, levando o TRE-SE a comprovar a impossibilidade de execução do objeto no prazo estipulado.

10.2.4 O atraso injustificado no início da execução dos serviços contratados.

10.2.5 A paralisação da execução, sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante.

10.2.6 A sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total) da contratação.

10.2.7 A subcontratação parcial do objeto da contratação, a associação com outrem, cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução, a juízo do TRE-SE.

10.2.8 O descumprimento das determinações regulares da Gestão/Fiscalização da Contratação, bem como das dos seus superiores hierárquicos.

10.2.9 O cometimento reiterado de faltas na execução.

10.2.10 A decretação de falência.

10.2.11 A dissolução da sociedade.

10.2.12 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada que, a juízo do TRE-SE, prejudique a execução da contratação.

10.2.13 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Autoridade competente do TRE-SE.

10.2.14 A supressão, por parte da Administração, de materiais e serviços, acarretando modificação do valor inicial da contratação além do limite estabelecido no item **9**, na hipótese de não celebração do acordo previsto no item **9.1.1**.

10.2.15 A suspensão de sua execução, por ordem escrita do Contratante, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao Contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

10.2.16 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo TRE-SE, decorrentes de objeto já fornecido e devidamente conferido, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

10.2.17 A não liberação da área, local ou objeto para execução da contratação, por parte do TRE-SE, nos prazos contratados.

10.2.18 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução desta contratação.

10.2.19 O descumprimento do disposto no art. 27, V, da Lei 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

10.3 A rescisão poderá ser:

10.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos itens **10.2.1** a **10.2.13** e **10.2.18** deste Instrumento.

10.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o TRE-SE.

10.3.3 Judicial, nos termos da legislação.

10.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de relatório da Gestão/Fiscalização da Contratação e de autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente do TRE-SE.

10.5 Quando a rescisão ocorrer com base nos itens **10.2.13** a **10.2.18**, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

10.5.1 Devolução da garantia contratual.

10.5.2 Pagamentos devidos pela execução da contratação até a data da rescisão.

10.5.3 Custo da desmobilização.

10.6 A rescisão contratual motivada por qualquer das condições definidas nos itens **10.2.1** a **10.2.13** e **10.2.18** acarreta as seguintes consequências para a Contratada, sem prejuízo das sanções previstas neste Instrumento:

10.6.1 Assunção imediata do objeto da contratação, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do TRE-SE.

10.6.2 Ocupação e utilização do local, das instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução da contratação, necessários à sua continuidade, na forma do art. 58, V, da Lei 8.666/1993.

10.6.3 Execução da garantia contratual, para ressarcimento ao TRE-SE, e dos valores das multas e indenizações a ele devidos.

10.6.4 Retenção dos créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao TRE-SE.

10.7 A aplicação das medidas previstas nos itens **10.6.1** e **10.6.2** fica a critério do TRE-SE, que poderá dar continuidade aos serviços de engenharia por execução direta ou indireta.

10.8 O TRE-SE poderá, a seu exclusivo juízo, em caso de recuperação judicial ou extrajudicial da Contratada, manter a contratação, assumindo o controle de determinadas atividades necessárias à sua execução.

10.9 Na hipótese de ocorrer o previsto no item **10.6.2**, o ato de ocupação será precedido de autorização expressa da Presidência do TRE-SE.

10.10 As comunicações de atos processuais serão realizadas conforme disposto no item **8.13**.

11 DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do Órgão Contratante, caso em que será comunicado à Contratada.

12 DA GARANTIA

12.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do objeto deste Instrumento, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, dentre as modalidades a seguir:

12.1.1 Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

12.1.2 Seguro-garantia.

12.1.3 Fiança bancária.

12.2 Se a opção de garantia recair em **caução em dinheiro**, o seu valor será depositado em conta garantia da Caixa Econômica Federal, em favor do TRE-SE, a fim de manter sua atualização financeira.

12.3 Recaindo a opção em **títulos da dívida pública**, os títulos deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

12.4 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

12.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

12.4.2 Prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

12.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA em sede de processo administrativo sancionatório.

12.4.4 Obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

12.5 A garantia de execução do objeto desta contratação corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que lhe será liberado em até 10 (dez) dias, ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, bem como descontadas as eventuais multas, e o pagamento de qualquer obrigação, finda a vigência da contratação e após atestação da Gestão/Fiscalização da Contratação.

12.5.1 Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas não ocorra até o fim do 2º (segundo) mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para esse fim.

12.6 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado, a título de garantia.

12.6.1 O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

12.6.2 A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

12.7 O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

12.8 O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

12.9 A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à CONTRATADA reforçá-la, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.

12.10 Em ocorrendo revisão de preços, o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção.

12.11 A garantia terá validade de **210 (duzentos e dez) dias**, a contar da data de assinatura do contrato.

12.11.1 Caso haja prorrogação da execução dos serviços contratados ou o não recebimento definitivo do objeto contratual, a Contratada se obriga a estender a garantia em igual período.

12.12 Será considerada extinta a garantia:

12.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas contratuais.

12.12.2 Com o término da vigência do Contrato (observado o prazo previsto no item **12.11**), que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

12.13 Para efeito de execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora no prazo de até 210 (duzentos e dez) dias contados da assinatura do Contrato.

13 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

13.1 A proposta de preços deverá ser apresentada por intermédio de planilha assinada pelo licitante, elaborada a partir de sistema de orçamentação ou editor de planilha eletrônicos, devendo constar os serviços especificados, as quantidades, os preços unitários, os valores e percentuais individuais dos serviços e o valor total do objeto da

contratação, seguindo a formatação (ou padrão) da Planilha de Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários, conforme anexo disponibilizado.

13.2 É obrigatória a apresentação da seguinte documentação:

13.2.1 Planilha de Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários.

13.2.2 Cronograma Físico-Financeiro (por itens e subitens).

13.2.3 Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais.

13.2.4 Planilha de Composição dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.

13.2.5 Planilha de Composições de Preços Unitários dos Serviços, indicando, separadamente, os valores de materiais, mão de obra, encargos sociais, ferramentas e equipamentos, não sendo permitida a indicação apenas de percentuais para material e mão de obra, devendo também indicar o percentual do BDI, com detalhamento de todos os seus componentes, inclusive em percentual.

13.3 Todos os documentos solicitados no item **13.2** deverão ser assinados por profissional técnico competente, nos termos da Lei 5.194/1966, exclusivamente na expressão monetária vigente no País, em algarismos e/ou por extenso.

13.4 Será(ão) recusada(s) a(s) proposta(s) cujo(s) preço(s) seja(m) manifestamente inexequível(is), assim considerado(s) aquele(s) que não venha(m) a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos sejam coerentes com os praticados no mercado.

13.4.1 Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores **para o item**:

13.4.1.1 Valor orçado pelo TRE-SE.

13.4.1.2 Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo TRE-SE.

14 DO FORO

14.1 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>), a Lei 10.520/2002, o Decreto 10.024/2019, a Lei Complementar 123/2006, os Decretos 8.538/2015, 92.100/1985 e 7.983/2013, a Resolução CNJ 114/2010, a Resolução TSE 23.234/2010, a Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993 e suas alterações.

ANEXO II

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

(0862035; 0862169 e 0862178)

ANEXO III

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

(0862040)

ANEXO IV

PLANILHA DE DETALHAMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS

(0862038)

ANEXO V

PLANILHA DE DETALHAMENTO DOS BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI

(0862036)

ANEXO VI

PROJETOS

(0858410; 0858413; 0861794 e 0861850)

ANEXO VII

DEMONSTRATIVO DE COMPOSIÇÕES DO EMPREENDIMENTO

(0862041)

Disponíveis em: <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos> (pesquisar por número e ano da licitação) e <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/comprasnet-siasg> (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

ANEXO VIII

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MÁXIMO

ETAPAS DESEMBOLSO DE ATÉ	PERCENTUAL POR ETAPA	VALOR POR ETAPA (R\$)
1º mês	14,74%	57.534,51
2º mês	26,94%	105.172,56
3º mês	39,42%	153.893,57
4º mês	18,90%	73.787,94

ANEXO IX
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO nº XX/20XX QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E A EMPRESA XXXX, PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE XXXX, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.015.356/0001-85, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Presidente, **Des. José dos Anjos**.

CONTRATADA: XXX, inscrita no CNPJ (MF) sob nº XXX, estabelecida na (endereço completo, com CEP), representada pelo seu (cargo), Senhor(a) (**NOME COMPLETO**), portador(a) da Cédula de identidade nº (informar número e órgão expedidor), CPF (MF) nº (informar número), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os **CONTRATANTES**, em observância às disposições da Lei nº 8.666/1993, da Lei 10.520/2002, do Decreto nº 92.100/1985, da Resolução CNJ 114/2010, da Resolução TSE 23.234/2010, da Resolução TRE-SE 120/2015, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 12/2020 - Eletrônico, processo SEI 0005603-13.2020.6.25.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação em Fóruns Eleitorais do interior do Estado de Sergipe, no Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima e na Sede do TRE-SE, em Aracaju, sob execução indireta, em regime de empreitada por preço global, conforme descrição a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	VALOR CONTRATADO (R\$)
1	SERVIÇO ENGENHARIA	Contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação em Fóruns Eleitorais do interior do Estado, no Fórum Aloísio de Abreu Lima e na Sede do TRE-SE, em Aracaju/SE, em regime de empreitada por preço global.	

1.1.1 Tabela descritiva das localidades para execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação:

LOCALIDADE	MUNICÍPIO	UNIDADE ELEITORAL/ENDEREÇO	VALOR CONTRATADO (R\$)
01	ARACAJU/SE	Sede do TRE-SE: CENAF - Centro Administrativo Governador Augusto Franco - Lote 7 - Variante 2 - Bairro Capucho.	
02	ARACAJU/SE	Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima: Rua Itabaiana, 580 - Bairro São José.	
03	BOQUIM/SE	Fórum Eleitoral da 4ª Zona: Pq. Citrícola Gov. João Alves Filho, s/nº, Centro.	
04	UMBAÚBA/SE	Fórum Eleitoral da 35ª Zona: Rua Aniceto Lima, s/nº, Centro.	
05	CAPELA/SE	Fórum Eleitoral da 5ª Zona: Praça do Conj. Manoel C. de Souza Filho, s/nº, bairro Vila Nossa Senhora da Conceição.	
06	ITABAIANA/SE	Fórum Eleitoral da 9ª Zona: Av. Dr. Luiz Magalhães, s/nº, Bairro Serrano.	
07	SÃO CRISTÓVÃO/SE	Fórum Eleitoral da 21ª Zona: Rod. João Bebe Água, s/nº, Largo Joel Fontes Costa.	
08	ESTÂNCIA/SE	Fórum Eleitoral da 6ª Zona: Avenida Santa Cruz, s/nº.	
09	AQUIDABÃ/SE	Fórum Eleitoral da 3ª Zona: Av. Ministro Leonor Barreto Franco, 137, Centro.	
10	CARIRA/SE	Fórum Eleitoral da 29ª Zona - Praça Maria Jozita de Aragão, s/n, Bairro Matadouro Velho.	
TOTAL			

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA

2.1 Obrigações da Contratada:

2.1.1 Executar os serviços em conformidade com o disposto neste Instrumento.

2.1.2 Arcar com a responsabilidade civil decorrente de erros do serviço, provenientes de culpa ou dolo da Contratada, independentemente da ação da Fiscalização do Tribunal.

2.1.3 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes no trabalho sofridos pelos seus operários e lhes fornecer todos os equipamentos de segurança, de acordo com as exigências da CLT e do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

2.1.4 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação.

2.1.5 Conhecer os locais onde serão executados os serviços, a fim de tomar as precauções e cuidados necessários no sentido de garantir inteiramente a integridade de todas as instalações, equipamentos, canalizações e redes que possam ser atingidos, pavimentação das áreas adjacentes e outras propriedades de terceiros, além da segurança dos operários e transeuntes durante a execução de todos os serviços previstos, pois qualquer dano ou avaria causada será de inteira e única responsabilidade da Contratada, correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

2.1.5.1 A obrigação constante do item **2.1.5** não se confunde com a vistoria técnica, **dispensada nesta contratação** em face de a execução dos serviços pactuados não envolver complexidade.

2.1.6 Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e também de todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, transportes, seguros e tudo mais que se fizer necessário à conclusão e quitação dos encargos dos referidos serviços.

2.1.7 Apresentar todo e qualquer material a ser utilizado, antes de sua aplicação, para análise e aprovação pela Comissão de Fiscalização da Contratação, uma vez que não serão aceitos os serviços executados e materiais que não tenham sido previamente aprovados.

2.1.7.1 Uma vez aprovados os materiais a serem utilizados, as demais partidas ficarão sujeitas à aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação, sendo impugnadas as que estejam em desacordo com o material já aprovado e com o estabelecido nas especificações dos referidos materiais.

2.1.8 Disponibilizar, no local de execução, responsável geral pela condução dos trabalhos.

2.1.9 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando à Gestão/Fiscalização da Contratação qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução.

2.1.9.1 A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no item **2.1.9** transferirá à Contratada todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

2.1.10 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da Comissão de Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do Contratante, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

2.1.11 Efetuar a limpeza diária dos locais e do entorno onde serão executados os serviços, deixando os ambientes em condições normais de uso pelos servidores, durante seu horário de funcionamento.

2.1.12 No caso de os trabalhos não estarem sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Instrumento, com as especificações e instruções fornecidas pelo TRE-SE ou pela Gestão/Fiscalização da Contratação e, de modo geral, com as regras da arte de construir e reformar, poderá a referida Gestão/Fiscalização, além das sanções previstas neste Instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como o seu refazimento, que será realizado pela Contratada.

2.1.13 Apresentar à Comissão de Fiscalização da Contratação, previamente ao início dos trabalhos, a relação de todo o pessoal que atuará na execução dos serviços, com nomes completos, número do R.G. e função na empresa, além de indicar o encarregado geral responsável pela equipe de operários.

2.1.14 Cuidar para que o pessoal que executará os serviços contratados esteja devidamente fardado e com os EPI's apropriados para os trabalhos a serem realizados.

2.1.15 Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, estando terminantemente proibido o uso de bens do TRE-SE, mesmo que existam e que estejam sem uso no período da execução dos trabalhos, como escadas, baldes, vassouras, panos, etc.

2.1.16 Desempenhar as atividades com esmero e asseio diário, de maneira que todo patrimônio do Tribunal e dos servidores junto ao serviço esteja protegido e que seja garantida a normalidade do funcionamento, uma vez que os imóveis que sofrerão intervenção estarão com o seu funcionamento normal durante o período de execução dos trabalhos contratados.

2.1.17 Combinar previamente com a Comissão de Fiscalização da Contratação os horários de atuação da Contratada que, inicialmente, será realizada no horário comercial, podendo, se necessário, verificar-se em horários diversos, desde que devidamente justificados.

2.1.18 Registrar a contratação no CREA-SE ou no CAU-SE, na forma prevista na legislação vigente, e fazer a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT de execução dos serviços no respectivo Conselho.

2.1.18.1 A ART e o RRT devem ter como responsável um engenheiro ou arquiteto, conforme o caso, e devem ser apresentados no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do início da execução contratual.

2.1.19 Substituir o preposto inicialmente indicado para representá-la na execução do objeto contratual, na hipótese de o TRE-SE utilizar-se do direito de assim determinar.

2.1.20 Indicar engenheiro ou arquiteto que assuma a responsabilidade técnica pela condução e execução até o recebimento definitivo, com poderes e autonomia para deliberar sobre qualquer determinação urgente que se faça necessária.

2.1.21 Retirar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após receber a notificação, preferencialmente através do Livro de Ordem, todo material rejeitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

2.1.22 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

2.1.23 Afastar ou substituir, por recomendação da Comissão de Fiscalização da Contratação, qualquer empregado, seu ou de subcontratadas, que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço, até 24 (vinte e quatro) horas após receber a devida notificação.

2.1.24 Executar o serviço no prazo fixado neste Instrumento, empregando materiais e equipamentos de primeira qualidade, executando os acabamentos com esmero, de acordo com as especificações, normas técnicas e diretrizes da Comissão de Fiscalização da Contratação.

2.1.25 Fornecer e manter o Livro de Ordem no local de execução do serviço, com livre acesso da Gestão/Fiscalização da Contratação.

2.1.26 Acatar as diretrizes, decisões, observações e sugestões feitas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito, preferencialmente assentes no Livro de Ordem.

2.1.27 Submeter, previamente e por escrito, quando solicitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, os catálogos industriais, especificações técnicas e amostras dos materiais e equipamentos especificados e dos que se pretendem aplicar como "similar".

2.1.28 Comunicar, previamente e por escrito, à Gestão/Fiscalização da Contratação, qualquer substituição em seu plantel técnico.

2.1.29 Remover, ao fim dos serviços e anteriormente ao recebimento provisório, o entulho e restos de materiais utilizados no serviço e porventura ainda existentes no local, somente considerando-se o objeto desta contratação em condições de ser recebido provisoriamente quando completamente limpo e depois de reparados os eventuais defeitos ou vícios construtivos, bem como os estragos feitos a qualquer obra ou bem público, particular ou danos pessoais.

2.1.30 Substituir, reparar ou corrigir, no prazo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Instrumento em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando da sua utilização.

2.1.31 Atender as normas sobre segurança e saúde no trabalho.

2.1.32 Responsabilizar-se por ensaios, testes ou provas necessários à prestação dos serviços contratados, inclusive pelos serviços mal executados.

2.1.33 Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações do Objeto, sempre que a Comissão de Fiscalização da Contratação julgar necessário.

2.1.34 Garantir todos os serviços executados pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

2.1.35 Observar as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução TRE-SE 120/2015, disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/ot/servidores-e-normas-internas/codigo-de-etica-e-conduta-profissional/codigo-de-etica-e-conduta-profissional>.

2.1.36 Informar endereço eletrônico (e-mail) para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.

2.2 É expressamente vedado à CONTRATADA:

2.2.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

2.2.2 Sub-rogar (subcontratar, ceder ou transferir totalmente) a contratação.

2.2.3 Subcontratar parcialmente o objeto desta contratação, associar-se com outrem, ceder ou transferir parcialmente o objeto desta contratação, tampouco realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do contrato, a juízo do TRE-SE.

2.2.4 Contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

2.2.5 Caucionar ou utilizar o Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

2.2.6 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

2.3 Obrigações do CONTRATANTE:

2.3.1 Emitir Nota de Empenho.

2.3.2 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA.

2.3.3 Comunicar formalmente à CONTRATADA, preferencialmente mediante registro no livro de ordem, quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual.

2.3.4 Proporcionar à CONTRATADA as condições indispensáveis ao fornecimento do objeto deste Instrumento.

2.3.5 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.

2.3.6 Fiscalizar a execução da contratação, em todas as suas fases, a fim de que sejam plenamente cumpridas as especificações do objeto pactuado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1 O prazo de execução do Contrato é de **120 (cento e vinte) dias**, contando-se data estabelecida na ordem de serviço.

3.2 O prazo de vigência do contrato será de **210 (duzentos e dez) dias**, a contar da data de sua assinatura.

3.3 Os prazos de execução e de vigência referidos, respectivamente, nos itens **3.1** e **3.2** admitem prorrogação na forma da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

4.1 O valor total do presente Contrato importa em R\$ _____ (_____), em conformidade com os valores fixados por localidade, nos moldes da tabela descritiva constante do item **1.1.1** deste Instrumento.

4.2 Não haverá reajuste uma vez que o interregno entre a apresentação da proposta no certame e o término da vigência da avença não será superior a 12 (doze) meses.

4.3 Os termos e condições estabelecidos neste Contrato podem ser alterados unilateralmente pela Contratante ou por acordo das partes, desde que caracterizada qualquer das hipóteses previstas nos artigos 57 e 65 da Lei 8.666/1993.

4.4 Toda e qualquer alteração se processará através de Termo Aditivo do Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 A aceitação de cada etapa dos serviços somente será efetivada após parecer favorável da Comissão de Fiscalização da Contratação, ficando assegurado ao TRE-SE o direito de não efetivar o pagamento se ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou sua execução em desacordo com as normas técnicas, **Anexo I** ao Edital do Pregão nº 12/2020 - Eletrônico (Termo de Referência) ou demais documentos determinantes dos serviços, devendo então ser justificadas, por escrito, as razões da não aceitação.

5.1.1 O pagamento da parcela não aceita será liberado após a correção pela Contratada e aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.2 Para avaliação do cumprimento de cada parcela deverá ser fornecida pela Contratada, e devidamente aceita pela Comissão de Fiscalização da Contratação, planilha de avaliação de serviços, onde deverão estar explicitados os diversos itens e subitens executados e a executar, e na qual deverá constar o percentual de execução de cada serviço, que servirá de base para avaliação do cumprimento do cronograma.

5.3 Concluída a parcela, conforme indicação no cronograma físico-financeiro, a Contratada solicitará autorização para faturar, indicando os itens do cronograma considerados cumpridos, e a Comissão de Fiscalização da Contratação vistoriará os serviços e verificará se na execução da parcela foram atendidas pela Contratada todas as obrigações contratuais, de modo que, em caso de conformidade, inclusive em relação aos percentuais de execução avaliados, a Contratada será autorizada a apresentar os documentos de cobrança (Faturas), referentes ao preço da etapa executada.

5.3.1. Será possível, a critério do TRE-SE, o pagamento correspondente a serviços previstos em etapas posteriores, desde que plenamente realizados e que estejam em consonância com as medições efetuadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação e devidamente atestadas.

5.3.2 Será permitido o pagamento de serviços prestados e medidos correspondentes a determinada parcela, em valor inferior ao previsto no cronograma físico-financeiro, desde que motivado por fato superveniente à contratação.

5.3.2.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação manifestar-se-á na análise técnica quanto à necessidade de aditamento contratual, penalização e rescisão previstos neste Instrumento.

5.4 Quando da ocorrência das situações previstas nos itens **5.3.1** e **5.3.2**, deverá ser apresentado novo cronograma físico-financeiro, compatível com o valor contratado, que será submetido à análise técnica da Comissão de Fiscalização da Contratação e autorizado pela Presidência, ou por quem esta delegar.

5.5 Quando as situações previstas nos itens **5.3.1** e **5.3.2** ocasionarem alteração no prazo de execução e/ou de vigência da contratação, deverão ser deliberadas através de aditamento contratual.

5.6 À Contratada caberá sanar as falhas apontadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, submetendo a etapa dos serviços impugnada a nova verificação, após o que a referida Comissão procederá da forma estabelecida no item **5.3**.

5.7 Atendidas as exigências do item **5.6**, o pagamento será efetuado através de qualquer modalidade de ordem bancária, em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, acompanhada de todos os documentos e reunidas todas as condições necessários à atestação pela Comissão de Fiscalização da Contratação, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros.

5.7.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da atestação emitida pela Comissão de Fiscalização da Contratação, que ocorrerá após confirmação da regularidade dos documentos que acompanham a Nota Fiscal/Fatura necessários a essa providência.

5.7.1.1 A atestação será efetuada em até 2 (dois) dias úteis contados da perfeita e efetiva execução do serviço contratado.

5.7.1.2 O prazo para atestação não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da Contratada, comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

5.8 De acordo com os Decretos nº 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a Nota Fiscal Eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da Contratada sediada fora do Município de Aracaju, caso o seu ramo de atividade seja a prestação de serviço, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo IV do Decreto nº 5.551/2017.

5.8.1 A Contratada deverá, previamente à emissão da Nota Fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

5.8.2 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

5.9 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos de que tratam os itens **5.7** e **5.7.1**, conforme o caso, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

1=0,0001644.

5.9.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **5.9**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

5.10 Para cada pagamento a Gestão/Fiscalização da Contratação confirmará a regularidade da Contratada relativa à Seguridade Social - INSS, através da Certidão Negativa de Débitos - CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

5.10.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na internet: <https://www.receita.fazenda.gov.br/aplicacoes/atspo/certidao/cndconjuntainter/informanincertidao.asp?tipo=1>, <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> e <http://www.tst.jus.br/certidao>.

5.10.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto ao CRF e à CNDT serão sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

5.10.3 O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e neste Instrumento.

5.10.4 Eventual mudança do CNPJ da Contratada (matriz/filial), encarregada da execução dos serviços, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da Nota Fiscal.

5.11 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da Contratada, nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

5.12 Qualquer incorreção nas Faturas ou Notas Fiscais comunicada à Contratada suspenderá o pagamento até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE-SE encargos financeiros adicionais.

5.13 O TRE-SE efetuará a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a Contratada deixar de cumprir com as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

6.1 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor.

6.1.1 O limite estabelecido no item **6.1** poderá ser excedido, para supressão, desde que resultante de acordo celebrado entre os Contratantes.

6.1.2 Em se tratando de acréscimos, a Contratada deverá submeter à Gestão/Fiscalização da Contratação, previamente, orçamento detalhado e memória de cálculo, para a devida aprovação.

6.2 Em atenção ao art. 13, II, do Decreto 7.983/2013, a Contratada obriga-se a aceitar eventual adequação dos termos avençados, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total da contratação, computando-se esse percentual para verificação do limite estabelecido no item **6.1**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas com este Contrato terão como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros consignados no Orçamento Geral da União e correrá à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - PTRES: 167686, Grupo Natureza de Despesa (GND) - Outras Despesas Correntes, Elemento de Despesa 3.3.9.0.39 - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica, Nota de Empenho 202XNEXXXXXX.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 Pela inexecução total ou parcial da contratação o TRE-SE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

8.1.1 Advertência por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo à execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação ou inobservância de obrigação que não justifique imposição de penalidade mais grave.

8.1.1.1 A advertência será aplicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, mediante aviso escrito à Contratada, após 5 (cinco) dias úteis para sua manifestação, caso esta não apresente justificativa ou a apresentada seja insuficiente.

8.1.2 Multa sobre o valor de cada etapa da contratação:

8.1.2.1 De até 5% (cinco por cento), quando não facilitar, atender ou informar o solicitado pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

8.1.2.2 De até 10% (dez por cento), quando cumprir irregularmente as obrigações, especificações, projetos ou prazos.

8.1.2.3 De até 15% (quinze por cento), quando não cumprir as obrigações, especificações, projetos ou prazos.

8.1.2.4 De até 20% (vinte por cento), quando não substituir, reparar ou corrigir, no prazo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando da sua utilização.

8.2 O atraso injustificado na execução dos serviços contratados sujeitará a Contratada à multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor de cada etapa da contratação, por cada dia de atraso na finalização da respectiva etapa, limitado ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

8.3 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), a qual será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.3.1 No caso de atraso superior a 30 (trinta) dias para a apresentação da garantia, o TRE-SE, sem prejuízo do disposto no item **8.3**, poderá promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do TRE-SE.

8.4 As multas a que se refere este Instrumento não impedem que a Administração rescinda unilateralmente a contratação e aplique as outras sanções previstas na Lei 8.666/1993.

8.5 As multas previstas neste Instrumento e o valor necessário à reparação dos danos serão descontados, em ordem de preferência, da garantia prestada, dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-SE ou cobrados judicialmente.

8.5.1 Se o valor da garantia e/ou da Fatura for insuficiente, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação oficial.

8.5.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente.

8.6 Para que seja aplicada a sanção prevista no item **8.1.2** deve ser facultada defesa prévia ao interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado de sua notificação.

8.7 As multas serão aplicadas pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

8.8 A Contratada ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o art. 4º, XIV, da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento e das demais cominações legais, nos prazos e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

8.8.1 Por até 1 (um) ano, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

8.8.2 Por até 2 (dois) anos, na hipótese de retardamento da execução do objeto e/ou de falha na execução da contratação que vier a causar prejuízo ao Contratante.

8.8.3 Por até 5 (cinco) anos, quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

8.8.3.1 Para os fins do item **8.8.3**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como apresentar documentação e/ou fazer declaração falsa, bem como as condutas descritas nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

8.9 A sanção do item **8.8** poderá ser aplicada conjuntamente com as sanções dos itens **8.1.2**, **8.2** e **8.3**.

8.10 A sanção prevista no item **8.8** é de competência da Diretoria-Geral do TRE-SE, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado de sua notificação.

8.11 A culpabilidade da Contratada será aferida objetivamente, sendo o prejuízo concretamente demonstrado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que documentará todos os contatos e fixará prazos de atendimento.

8.11.1 As circunstâncias que envolverem a conduta da Contratada, ensejadoras da graduação da penalidade sugerida, deverão ser apreciadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação pormenorizadamente, com opinativo em função do grau de prejudicialidade da atuação da Contratada.

8.12 À Contratada que se enquadrar em determinada conduta penalizável se aplicarão os seguintes critérios:

8.12.1 Será penalizada com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.

8.12.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.

8.12.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

8.12.2 Será penalizada com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

8.12.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos itens **8.12.1** e **8.12.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da Contratada e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

8.13 A advertência referida no item **8.1.1.1** e eventuais comunicações de atos processuais serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela Contratada.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

9.2 Constituem motivos para a rescisão da Contratação:

9.2.1 O não cumprimento de obrigações, especificações, projetos ou prazos.

9.2.2 O cumprimento irregular de obrigações, especificações, projetos ou prazos.

9.2.3 A lentidão no cumprimento da contratação, levando o TRE-SE a comprovar a impossibilidade de execução do objeto no prazo estipulado.

9.2.4 O atraso injustificado no início da execução dos serviços contratados.

9.2.5 A paralisação da execução, sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante.

9.2.6 A sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total) da contratação.

9.2.7 A subcontratação parcial do objeto da contratação, a associação com outrem, cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução, a juízo do TRE-SE.

9.2.8 O descumprimento das determinações regulares da Gestão/Fiscalização da Contratação, bem como das dos seus superiores hierárquicos.

9.2.9 O cometimento reiterado de faltas na execução.

9.2.10 A decretação de falência.

9.2.11 A dissolução da sociedade.

9.2.12 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada que, a juízo do TRE-SE, prejudique a execução da contratação.

9.2.13 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Autoridade competente do TRE-SE.

9.2.14 A supressão, por parte da Administração, de materiais e serviços, acarretando modificação do valor inicial da contratação além do limite estabelecido na **cláusula sexta** deste Instrumento, na hipótese de não celebração do acordo previsto no item **6.1.1**.

9.2.15 A suspensão de sua execução, por ordem escrita do Contratante, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao Contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

9.2.16 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo TRE-SE, decorrentes de objeto já executado e devidamente conferido, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.2.17 A não liberação da área, local ou objeto para execução da contratação, por parte do TRE-SE, nos prazos contratados.

9.2.18 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução desta contratação.

9.2.19 O descumprimento do disposto no art. 27, V, da Lei 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.3 A rescisão poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos itens **9.2.1** a **9.2.13** e **9.2.18** deste Instrumento.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o TRE-SE.

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação.

9.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de relatório da Gestão/Fiscalização da Contratação e de autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente do TRE-SE.

9.5 Quando a rescisão ocorrer com base nos itens **9.2.13** a **9.2.18**, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

9.5.1 Devolução da garantia contratual.

9.5.2 Pagamentos devidos pela execução da contratação até a data da rescisão.

9.5.3 Custo da desmobilização.

9.6 A rescisão contratual motivada por qualquer das condições definidas no itens **9.2.1** a **9.2.13** e **9.2.18** acarreta as seguintes consequências para a Contratada, sem prejuízo das sanções previstas neste Instrumento:

9.6.1 Assunção imediata do objeto da contratação, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do TRE-SE.

9.6.2 Ocupação e utilização do local, das instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução da contratação, necessários à sua continuidade, na forma do art. 58, V, da Lei 8.666/1993.

9.6.3 Execução da garantia contratual, para ressarcimento ao TRE-SE, e dos valores das multas e indenizações a ele devidos.

9.6.4 Retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao TRE-SE.

9.7 A aplicação das medidas previstas nos itens **9.6.1** e **9.6.2** fica a critério do TRE-SE, que poderá dar continuidade aos serviços de engenharia por execução direta ou indireta.

9.8 O TRE-SE poderá, a seu exclusivo juízo, em caso de recuperação judicial ou extrajudicial da Contratada, manter a contratação, assumindo o controle de determinadas atividades necessárias à sua execução.

9.9 Na hipótese de ocorrer o previsto no item **9.6.2**, o ato de ocupação será precedido de autorização expressa da Presidência do TRE/SE.

9.10 As comunicações de atos processuais serão realizadas conforme disposto no item **8.13**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 A Gestão da Contratação será realizada pela Coordenadoria de Obras e Serviços – COSER, mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas neste Instrumento, no Edital do Pregão nº 12/2020 - Eletrônico e em seus anexos, bem como verificará a conformidade com a proposta da Contratada e aceitará o objeto por meio de atestação exarada nas Notas Fiscais ou Faturas, procedendo-se a observações, se necessário.

10.2 A fiscalização da execução contratual será realizada por Comissão de Fiscalização designada para tal finalidade, que atuará como representante do TRE-SE e a quem cabrá, dentre outras atribuições, acompanhar a compatibilidade dos serviços executados com as especificações exigidas, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.3 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados em 24 (vinte e quatro) horas, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

10.4 A Gestão/Fiscalização terá poderes para determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas.

10.4.1 Somente a Gestão/Fiscalização da Contratação tem autonomia para solicitar a paralisação dos serviços que estejam sendo realizados fora do que foi acordado e que estejam prejudicando o funcionamento do trabalho nos locais de realização dos serviços.

10.4.1.1 Qualquer solicitação feita que esteja fora do escopo do serviço contratado não poderá ser realizada sem a análise da fiscalização.

10.5 A COSER rejeitará, no todo ou em parte, os serviços contratados que não obedecerem ao disposto neste Instrumento, no Edital do Pregão nº 12/2020 - Eletrônico e em seus anexos e na proposta da Contratada.

10.6 Quando as decisões ou as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta deverá solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas cabíveis.

10.7 Será exigido o Livro de Ordem, que é de adoção obrigatória, conforme Resolução CONFEA 1.024/2009.

10.7.1 O referido Livro constituirá a memória escrita de todas as atividades relacionadas com os serviços e servirá de subsídio para comprovar a autoria dos serviços, garantir o cumprimento das instruções, dirimir dúvidas, avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos, acidentes de trabalho, além de eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos.

10.7.2 O livro de Ordem tem ainda por objetivo confirmar, acompanhado da ART ou do RRT, a efetiva participação do profissional na execução dos serviços, de modo a permitir a expedição de Certidão de Acervo Técnico.

10.7.2.1 Neste livro de Ordem deverá conter o registro de todas as ocorrências relevantes aos serviços, conforme o art. 4º da Resolução CONFEA 1.024/2009, a ser providenciado pelo responsável técnico pelos serviços, pelos autores dos projetos e pelo Contratante dos serviços.

10.8 A Comissão de Fiscalização da Contratação lavrará termo circunstanciado de Recebimento Provisório, assinado pelos seus membros e pela Contratada, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da comunicação por escrito da conclusão do objeto, pela Contratada.

10.8.1 O recebimento provisório somente ocorrerá após a conclusão das instalações, que deverão estar testadas e devidamente prontas para uso.

10.8.2 A Comissão de Fiscalização da Contratação examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, cláusulas contratuais, Termo de Referência, especificações técnicas e demais anexos do Edital do Pregão nº 12/2020 - Eletrônico, e fará constar do Termo de Recebimento Provisório todas as deficiências encontradas, que a Contratada deverá sanar em prazo determinado pela referida Comissão, conforme dispõe o art. 69 da Lei 8.666/1993.

10.9 Comprovado pela Comissão de Fiscalização da Contratação o saneamento das deficiências anotadas e a adequação do objeto aos termos contratuais, a COSER emitirá, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da respectiva comprovação, Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo do objeto, que será assinado também pela Contratada.

10.9.1 Se, no decorrer do prazo citado no item **10.9**, forem constatadas irregularidades e/ou defeitos da execução dos serviços, o TRE-SE deverá comunicar por escrito, preferencialmente por comunicação eletrônica (e-mail), as ocorrências verificadas à Contratada, que deverá efetuar as correções no prazo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, interrompendo-se o decurso do prazo de que trata o item **10.9**.

10.9.1.1 Não sendo executados os serviços de correção no prazo determinado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, poderá o TRE-SE mandar executá-los por terceiros, podendo fazer uso da garantia, de parcela de pagamento ou de qualquer outro crédito a que a Contratada faça jus.

10.10 O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços estará condicionado à apresentação, por parte da Contratada, da Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias no seu CNPJ.

10.11 Os serviços somente serão considerados concluídos e em condições de serem recebidos, após cumpridas todas as obrigações assumidas pela Contratada e atestada sua conclusão pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

10.12 A Contratada fica obrigada a realizar todos os testes de recebimento das instalações exigidos pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

10.13 O recebimento provisório ou definitivo e a Gestão/Fiscalização da Contratação, a ser exercida no interesse do TRE-SE, não excluirão ou reduzirão a responsabilidade da Contratada pela adequada prestação dos serviços contratados e pelos danos ou prejuízos por ela causados, por culpa ou dolo, ao TRE-SE ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

11.1 A Contratada indica _____, CI _____, SSP/____, CPF/MF _____, para representá-la na execução do objeto do presente Contrato, reservando-se ao Contratante o direito de solicitar motivadamente, a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a Contratada deverá indicar outro representante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUSPENSÃO DO CONTRATO

12.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do Órgão Contratante, caso em que será comunicado à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA

13.1 A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** contado da assinatura deste Instrumento, comprovante de prestação de garantia na modalidade XXX (forma definida pela CONTRATADA, dentre as opções do Anexo I do Edital do certame) no valor de R\$ XXX,XX (valor por extenso), com vigência entre ____/____/____ e ____/____/____ (210 - duzentos e dez - dias a contar da assinatura do Contrato).

13.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.2.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

13.2.2 Prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste Instrumento.

13.2.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA em sede de processo administrativo sancionatório.

13.2.4 Obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

13.3 A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à CONTRATADA reforçá-la, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.

13.4 Em ocorrendo revisão de preços, o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção.

13.5 A garantia de execução do objeto desta contratação será liberada em até 10 (dez) dias, ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, bem como descontadas as eventuais multas, e o pagamento de qualquer obrigação, finda a vigência da contratação e após atestação da Gestão/Fiscalização da Contratação.

- 13.5.1** Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas não ocorra até o fim do 2º (segundo) mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para esse fim.
- 13.6** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado, a título de garantia.
- 13.6.1** O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.
- 13.6.2** A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 13.7** O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.
- 13.8** O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 13.9** Será considerada extinta a garantia:
- 13.9.1** Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas contratuais.
- 13.9.2** Com o término da vigência do Contrato (observado o prazo de 210 dias sinalizado no item 13.1), que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.
- 13.10** Para efeito de execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora no prazo de até 210 (duzentos e dez) dias contados da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO

- 14.1** Integram o presente Instrumento, independentemente de sua transcrição, o Edital do Pregão nº 12/2020 - Eletrônico, os seus Anexos e a Proposta da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

- 15.1** As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 16.1** Aplicam-se a este Instrumento e aos casos omissos a Lei nº 8.666/1993, a Lei 10.520/2002, o Decreto nº 92.100/1985, a Resolução CNJ 114/2010, a Resolução TSE 23.234/2010 e a Resolução TRE-SE 120/2015.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas eletronicamente pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

(assinado e datado eletronicamente)

(NOME DO DESEMBARGADOR)

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

(assinado e datado eletronicamente)

(NOME DO REPRESENTANTE)

(Nome da Empresa)



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE MOURA DE FIGUEIREDO DÉDA, Analista Judiciário**, em 24/06/2020, às 11:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://apps.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **0871359** e o código CRC **06C7C4E2**.